

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 001/2024 – CL/EMSERH

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48.717/2023– EMSERH

OBJETO: AQUISIÇÃO CONSIGNADA DE OPME - ÓRTESES PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (CIRURGIAS ORTOPÉDICAS), para atender as necessidades do HOSPITAL GERAL DE BARRA DO CORDA, administrado pela EMSERH.

EMPRESA PÚBLICA LICITANTE: EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EMSERH.

DATA E HORÁRIOS

Acolhimento das Propostas: até às 08h45min do dia 18/01/2024.

Abertura das Propostas: às 08h45min do dia 18/01/2024.

Disputa: às 09h00min do dia 18/01/2024, horário de Brasília-DF.

Endereço: www.licitacoes-e.com.br

[Licitação nº \[1034942\]](#)

-

AGENTE DE LICITAÇÃO: Thyago Monte Souza

EQUIPE DE APOIO: Thaís Cristina Gomes do Nascimento

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 001/2024 – CL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48.717/2023- EMSERH

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREÂMBULO

A Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares, neste ato designada EMSERH, através do Agente de Licitação que este subscreve, designado pela Portaria nº 617 datada e publicada no dia 26 de outubro de 2023 no Diário Oficial do Estado do Maranhão, torna público para conhecimento dos interessados que realizará LICITAÇÃO ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, sob o modo de Disputa Aberto, tendo em vista do que consta do Processo Administrativo nº 48.717/2023-EMSERH, conforme descrito neste Edital e seus anexos.

A licitação reger-se-á pelas disposições do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, disponível em "www.emserh.ma.gov.br", da Lei Estadual nº 9.529, de 23 de novembro de 2011, da Lei Estadual nº 10.403 de 29 de dezembro de 2015, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

A licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo necessário que as licitantes interessadas providenciem previamente o credenciamento junto ao Banco do Brasil, conforme orientações no item 6 do Edital, por meio do site www.licitacoes-e.com.br para obtenção da chave de identificação e de senha.

O Edital e seus anexos, bem como o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH encontram-se disponíveis no site da EMSERH "www.emserh.ma.gov.br".

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente Licitação Eletrônica tem por objeto a AQUISIÇÃO CONSIGNADA DE OPME - ÓRTESES PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (CIRURGIAS ORTOPÉDICAS), para atender as necessidades do HOSPITAL GERAL DE BARRA DO CORDA, administrado pela EMSERH.

1.2. Em caso de discordância entre as quantidades, unidade de fornecimento e especificações dos itens descritas no Termo de Referência e Proposta de Preços (Anexo I e Anexo II) deste edital e as constantes no sistema Licitações-e, prevalecerão as descritas no Termo de Referência e Proposta de Preços (Anexo I e Anexo II) deste edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

1.3. O valor estimado será de **R\$ 470.587,80 (quatrocentos e setenta mil quinhentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos)**, conforme o Modelo de Proposta de Preços - ANEXO II.

1.4. Permite-se o Agente de Licitação ou Comissão divulgar o valor do orçamento, anteriormente, na fase de negociação, se assim entender conveniente a obtenção de condições mais vantajosas, de forma devidamente justificada.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Unidade Orçamentária	21202
Unidade	EMSERH
Despesa	4-3-02-03-94 – OPME: Ortopedia

3. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

3.1. Os licitantes devem ater-se à fiel observância dos procedimentos estabelecidos neste Edital, podendo qualquer interessado acompanhar seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

3.2. A prestação de declaração falsa ou indevida neste certame ensejará a desclassificação / inabilitação da licitante.

3.3. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato, independentemente de sua transcrição.

3.4. As exigências previstas no Termo de Referência (Anexo I) e seus anexos, não elencadas no subitem 7.10 para a Aceitabilidade da Proposta de Preços, e no item 12 para a Habilitação do Licitante, deste Edital, não serão levadas a efeito para fins de licitação, podendo o setor interessado solicitar-lhes o cumprimento como condição de contratação;

3.5. Havendo qualquer divergência no subitem 7.10 para a Aceitabilidade da Proposta de Preços, e no item 12 para a Habilitação do Licitante entre o Edital e o Termo de Referência – Anexo I, prevalecerá o Edital.

3.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Licitação em contrário.

3.7. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas e dos documentos de habilitação.

3.8. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade, a celeridade do procedimento e a segurança da contratação.

3.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na EMSERH.

3.10. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

3.11. Os licitantes que desejarem obter cópia dos documentos juntados aos autos, bem como vistas, deverão solicitar pessoalmente, junto à Ouvidoria da EMSERH, ou eletronicamente, através dos sítios www.ouvidorias.ma.gov.br ou www.e-sic.ma.gov.br.

3.12. Ao Agente de Licitação compete auxiliar-se de apoio do setor técnico responsável para:

- a) responder às impugnações formuladas e aos pedidos de esclarecimentos recebidos;
- b) dirimir dúvidas acerca dos documentos de habilitação enviadas pelos licitantes;
- c) elaboração dos julgamentos de recursos.

3.13. É facultado ao Agente de Licitação:

- a)** É facultada ao Agente de Licitação ou Autoridade Competente da EMSERH, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente no envelope contendo a proposta ou envelope contendo a documentação, salvo os documentos ou informações de caráter elucidativo ou esclarecedores dos constantes do processo.
- b)** Suspender os trabalhos da Sessão Pública para análise de documentos, realização de diligências e julgamento das propostas.
- c)** Em qualquer fase da licitação, adiar sessões, assim como suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos em Ata circunstanciada da Sessão.
- d)** Adiar a Sessão Pública de abertura do certame por razões administrativas e ainda modificar o Edital, hipótese em que deverá proceder a divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da Proposta.
- e)** Negociar em qualquer momento da Licitação os preços e condições da Proposta, visando aumentar as vantagens em favor da EMSERH, não podendo, porém, alterar o objeto ou condições de classificação e habilitação.
- f)** No julgamento da Proposta e da Documentação de Habilitação sanar erros ou falhas que não alterem a substância da Proposta, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados.
- g)** Releva omissões puramente formais observadas na Documentação e na Proposta, desde que não contrariem a legislação e não comprometam a lisura da licitação.
- h)** Delegar aos membros da Equipe de Apoio atribuições pertinentes ao processo.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação os interessados que:

4.1.1. Tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam a todas as exigências quanto à documentação e requisitos de classificação das propostas, constantes deste Edital e seus Anexos;

4.1.2. Estejam devidamente credenciados no Sistema Licitações-e do Banco do Brasil;

4.1.2.1. O Banco do Brasil atuará como provedor do sistema eletrônico.

4.1.3. Como requisito para participarem da Licitação Eletrônica, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestem o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.

4.1.3.1. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo a CL/EMSERH, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante, no Sistema Eletrônico, bem como não se responsabilizará por eventual desconexão.

4.2. São destinados à participação de MEI / ME / EPP, as empresas que demonstrem esta condição nos termos do subitem 7.10, alínea "i" deste Edital:

a) Os itens ou lotes do Anexo II com a redação "Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 7º da Lei Estadual nº 10.403/2015".

- 4.3.** Os itens ou lotes do Anexo II com a redação "Ampla Concorrência", serão destinados à ampla concorrência.
- 4.4.** Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela EMSERH a empresa que se enquadrar em uma das hipóteses previstas no art. 8º do RILC/EMSERH;
- 4.5.** Os interessados em participar das contratações devem se comprometer com os padrões éticos aceitos pela Instituição nos termos do Código de Conduta e Integridade da EMSERH divulgado por meio do seu sítio eletrônico.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

- 5.1.** Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar ou solicitar esclarecimentos ao Edital de licitação, por irregularidade, protocolizando o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, devendo a EMSERH julgar e responder à impugnação, em até 03 (três) dias úteis antes da realização da sessão.
- 5.1.1.** A impugnação ou solicitação de esclarecimento poderão ser apresentadas na Sala da Comissão de Licitação - CL da EMSERH ou enviadas por e-mail csl.emserh.ma@gmail.com e/ou thyago.csl.emserh@gmail.com[AN1]), em dias úteis e das 08h00min às 12h00min e 14h00min às 18h00min.
- 5.2.** Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos nos termos do Edital de licitação perante a EMSERH, o licitante que não o fizer até o 5º (quinto) dia útil que anteceder a abertura da licitação, apontando as falhas ou irregularidades que viciariam esse Edital, hipótese em que a comunicação não terá efeito de recurso.
- 5.3.** A interposição de impugnação ou de pedido de esclarecimentos não impedirá a licitante de participar do processo licitatório.
- 5.4.** Havendo qualquer modificação no Edital decorrente de acolhimento de Impugnação ou não, que afete substancialmente a formulação das Propostas, a sessão de abertura do certame será suspensa e designada nova data para a realização do certame, com fixação do prazo igual ou maior ao inicialmente estabelecido.
- 5.5.** Os prazos para impugnação e pedido de esclarecimento determinados neste Edital são decadenciais, portanto se formulados fora dos prazos estabelecidos serão considerados intempestivos.
- 5.6.** As eventuais alterações aos termos do Edital serão disponibilizadas nas páginas "www.emserh.ma.gov.br" e "www.licitacoes-e.com.br" e na sede da EMSERH.
- 5.7.** Ao acessar o Edital no site da EMSERH ou no sistema Licitações-e, o interessado estará ciente da necessidade de acompanhamento, nas páginas www.emserh.ma.gov.br e/ou www.licitacoes-e.com.br, de eventuais alterações, notificações e comunicações.
- 5.8.** O Agente de Licitação, para resposta às impugnações formuladas ou aos pedidos de esclarecimentos recebidos, poderá auxiliar-se do apoio do setor responsável pela elaboração do Termo de Referência e ainda pela Assessoria Jurídica da EMSERH.
- 5.9.** Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e o Agente de Licitação, sua Equipe de Apoio e demais servidores da CL/EMSERH.

6. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 6.1.** Para participar da Licitação Eletrônica, o licitante deverá fazer sua adesão e cadastrar seu(s) representante(s) conforme segue:
- 6.1.1.** Se o fornecedor é correntista do Banco deverá:

- a) Dirigir-se à sua agência de relacionamento e solicitar seu registro no sistema;
- b) Fornecer cópia autenticada em cartório ou original e cópia do Contrato Social, do CNPJ e dos documentos pessoais dos sócios;
- c) Firmar termo de adesão ao regulamento; e
- d) Nomear representante(s) (pessoa física), que será(ão) registrado(s) no sistema e reconhecido(s) como legítimo(s) para realizar(em) negócios em seu nome e sob sua responsabilidade (Termo de Nomeação de Representante). Nos casos em que ele(s) não seja(m) correntista(s) do Banco, deverá(ão) fornecer cópia autenticada em cartório ou cópia e original da identidade, do CPF e comprovante de residência.

6.1.2. Se o fornecedor não é correntista do Banco deverá:

- a) Dirigir-se a qualquer agência do Banco e solicitar seu registro no sistema;
- b) Fornecer cópia autenticada em cartório ou original e cópia do Contrato Social, do CNPJ e dos documentos pessoais dos sócios;
- c) Firmar Termo de Adesão ao Regulamento; e
- d) Nomear representante(s) (pessoa física), que será(ão) registrado(s) no sistema e reconhecido(s) como legítimo(s) para realizar(em) negócios em seu nome e sob sua responsabilidade (Termo de Nomeação de Representante). Nos casos em que ele(s) não seja(m) correntista(s) do Banco, deverá(ão) fornecer cópia autenticada em cartório ou cópia e original da identidade, do CPF e comprovante de residência.

6.1.3. O Termo de Adesão ao Regulamento e o Termo de Nomeação de Representante podem ser obtidos na página do Licitações-e, na *Internet*, opção "Solicitação de Credenciamento no Licitações-e", ou diretamente nas agências do Banco.

6.1.4. Ao preencher o formulário disponível na *Internet* o fornecedor faz apenas o seu pré-cadastro. A agência do Banco do Brasil de sua escolha fará contato para complemento e efetivação do cadastramento.

6.1.5. A partir do cadastramento, o usuário e seus representantes estarão habilitados para acessarem as funcionalidades que lhe couberem no Licitações-e.

6.1.6. O credenciamento do interessado no Sistema Licitações-e poderá ser realizado pela internet por meio do link "www.licitacoes-e.com.br/aop/solicitar-credenciamento.aop".

6.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a CL/EMSERH, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que provocados por terceiros.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O licitante deverá cadastrar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para acolhimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.1.1. A proposta de preços, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser elaborada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, indicando a unidade de fornecimento, quantidade, Registro do Produto na ANVISA (se houver), Marca e Fabricante, para todos os itens;

7.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

7.3. O licitante deverá registrar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor global da proposta (item/lote), já inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

7.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O licitante não poderá alegar erros ou omissões praticadas na proposta, com o intuito de acrescer o valor proposto ou desviar-se de obrigações previstas neste Edital.

7.6. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública desta Licitação Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, seja qual for o motivo.

7.7. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

7.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.9. Os itens de propostas que eventualmente contemplem objeto que não correspondam às especificações contidas no Termo de Referência e Proposta de Preços (Anexo I e Anexo II), deste Edital serão desconsiderados;

7.10. A Proposta de Preços readequada ao valor final, conforme modelo no Anexo II deste Edital, deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, com o seguinte conteúdo, de apresentação obrigatória:

a) Número da Licitação, razão social do proponente, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como dados bancários tais como: nome e número do Banco, agência e conta corrente para fins de pagamento;

b) Nome completo do responsável pela assinatura do contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

c) Descrição detalhada do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) e Modelo de Proposta de Preços (Anexo II), com a indicação da unidade de fornecimento, quantidade, marca/fabricante e número de registro do Produto na ANVISA (se houver), para todos os itens;

c.1) Apresentar material ilustrativo (folder, catalogo, panfleto, bula, ficha técnica ou outro equivalente) legível, em língua português relativo aos itens ofertados com descrição detalhada do modelo, marca, nome comercial, fabricante, características, especificações técnicas e outras informações que possibilitem a avaliação dos produtos ofertados, se houver.

d) Proposta de preços com indicação do preço unitário e total de cada item, em algarismo e total da proposta, em algarismo e por extenso, em Real (R\$), com no máximo 02 (dois) algarismos após a vírgula, sendo considerados fixo e irredutível, já incluídos os lucros e todas as despesas incidentes, essenciais para a prestação dos serviços/fornecimento do objeto desta Licitação;

d.1) Havendo divergências entres os preços unitários e preços totais, prevalecerão os valores unitários. No caso divergências entres os valores numéricos e por extensos prevalecerão os indicados por extenso.

d.2) Os valores unitários e totais propostos para os itens não poderão ser superiores aos valores unitários e totais estimados pela EMSERH.

e) Prazo de validade da proposta: não inferior a 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data da abertura do certame;

f) O prazo de entrega dos produtos: conforme Termo de Referência (Anexo I);

g) Local de Entrega: Os insumos deverão ser entregues na Central de Abastecimento Hospitalar - CAHOSP, situado na Estrada da Maioba, Nº 324 - Conceição. Paço do Lumiar – MA. CEP: 65.130-000, nos horários das 07h00min às 16h00min, em dias úteis, conforme Termo de Referência (Anexo I);

h) Prazo da Validade/Garantia dos Produtos: conforme Termo de Referência (Anexo I);

i) Declaração Conjunta, conforme Anexo III;

7.10.1. Por ocasião da entrega da proposta final, a mesma deverá conter as alíneas contidas no item anterior (7.10);

7.11. Caso os prazos de validade da proposta, prazo de entrega, local de entrega e prazo de validade dos produtos, sejam omitidos da Proposta de Preços, o Agente de Licitação entenderá como sendo iguais aos previstos no subitem 7.10, respectivamente, alíneas "e", "f", "g" e "h".

7.12. Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Licitação.

7.12.1. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a EMSERH, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a EMSERH.

7.12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, ainda que não tenham causado a desclassificação da proposta por preço inexequível. Nestes casos, a Administração não deferirá pedidos de acréscimo, devendo a licitante vencedora prestar os serviços sem ônus adicionais.

7.13. A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má-fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta não será causa de desclassificação.

7.14. Não serão admitidas alterações nas condições estabelecidas, uma vez recebidas as propostas, exceto no caso de nova disputa por meio de lances inseridos no sistema eletrônico, conforme previsto neste Edital;

7.15. Não se admitirá proposta que apresentar alternativa de preços.

7.16. Os preços propostos serão fixos e irremovíveis.

7.17. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fatos supervenientes e aceitos pelo Agente de Licitação.

7.17.1. A proponente não poderá desistir do lance e/ou proposta já ofertado, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital e no RILC/EMSERH;

7.18. A licitante que não mantiver sua Proposta ficará sujeita às penalidades estabelecidas neste Edital e no RILC/EMSERH.

7.19. Caso a convocação para contratação não seja emitida dentro do período de validade da proposta, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos, sendo que a EMSERH poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade por mais 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos.

7.20. A EMSERH poderá solicitar amostras dos produtos ofertados pelas empresas provisoriamente classificadas(s) em primeiro lugar, para fins de avaliação técnica do produto ofertado, conforme Termo de Referência. (Acórdão TCU nº 2368/2013 – Plenário).

8. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A abertura da sessão pública desta Licitação Eletrônica, conduzida pelo Agente de Licitação, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste Edital e no sítio www.licitacoes.com.br.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Licitação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Licitação Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão, seja qual for o motivo.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E PROCEDIMENTO

9.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública de Lances), no horário previsto no preâmbulo, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

9.1.1. Os lances deverão ser ofertados pelo VALOR TOTAL do LOTE, sendo vencedor nesta fase o licitante que auferir o MENOR PREÇO TOTAL NO LOTE.

9.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos;

9.3. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente ofertado pelo licitante;

9.4. Durante a Sessão Pública da Licitação Eletrônica, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado à identificação do seu detentor;

9.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

9.6. Durante a fase de lances, o Agente de Licitação quando identificar lances abaixo de 30% do valor estimado poderá solicitar comprovação de exequibilidade, que deverá ser apresentada sob pena de desclassificação, conforme subitem 11.3.1.

9.7. Se ocorrer a desconexão do Agente de Licitação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8. Quando a desconexão do Agente de Licitação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da Licitação na forma eletrônica poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação aos licitantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

9.9. O Agente de Licitação analisará e decidirá quanto à suspensão da Licitação, quando verificar circunstâncias que resultem em transtornos ou impedimentos ao regular andamento da etapa competitiva do certame.

9.10. O licitante poderá apresentar, durante a disputa, lances intermediários.

9.10.1. São considerados lances intermediários aqueles iguais ou superiores ao menor lance já ofertado e inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

9.11. O encerramento da etapa de lances da sessão pública será iniciado por decisão do Agente de Licitação. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.12. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.12.1. Em caso de empate entre 02 (duas) ou mais propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

a) Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento; (aplicável somente para as licitações sob o modo de disputa fechado, conforme art. 94, parágrafo único do RILC/EMSERH).

b) Critérios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

c) Sorteio; (aplicável somente para as licitações sob o modo de disputa aberto, conforme art. 95 do RILC/EMSERH).

9.12.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas, atendidas todas as condições estipuladas neste Edital, contenham valores exatamente iguais.

9.12.3. A disputa final citada na alínea "a" do subitem 9.12.1 será realizada em ato contínuo ao encerramento da sessão de disputa de lances entre os licitantes empatados em primeiro lugar;

a) Os licitantes que se encontrem na situação de empate poderão, no prazo decadencial de 10 (dez) minutos, apresentar um novo lance fechado por meio da opção "Enviar Lance de Desempate", disponível no resumo do lote da licitação, fora da sala de disputa do Licitações-e.

9.12.4. Para fins de classificação final, será sempre considerado o menor lance dentre os apresentados pelo licitante, incluindo eventual lance de desempate.

9.12.5. Caso persista o empate após a aplicação de todos os critérios anteriores ao sorteio, este último será realizado em ato público, mediante comunicação formal do dia, hora e local, feita com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas úteis, no próprio ambiente eletrônico da licitação, no Chat de Mensagens do item ou lote.

a) Decorridos 30 (trinta) minutos da hora marcada, sem que compareçam os interessados, o sorteio será realizado a despeito das ausências.

9.12.6. Em caso de empate nas demais colocações, será observada a ordem cronológica dos lances, tendo prioridade, em eventual convocação, o licitante cujo lance tenha sido recebido e registrado antes.

9.13. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA PARA MEI / ME / EPP.

9.13.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEI / ME / EPP, conforme previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Estadual nº 10.403/2015. 9.13.2. A identificação do licitante como MEI / ME / EPP, será confirmada após o encerramento da fase de lances.

9.13.2. Entende-se por empate aquelas situações em que, observado o disposto nos itens seguintes, as propostas apresentadas pelas MEI / ME / EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

9.13.3. Para efeito de aplicação do critério de desempate para MEI / ME / EPP, proceder-se-á da seguinte forma:

a) Após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para, caso seja de seu interesse, apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos a partir da convocação, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior à mais bem classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;

b) Não ocorrendo interesse da MEI / ME / EPP em exercer o direito de preferência, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 9.13.3 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.13.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, voltará à condição de 1ª (primeira) classificada, a empresa autora da proposta melhor classificada originalmente.

9.13.5. O disposto nos subitens 9.13.3 e 9.13.4 relativos ao direito de preferência previsto pela Lei Complementar nº 123/2006, somente se aplicará quando a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por MEI / ME / EPP.

10. DA NEGOCIAÇÃO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. O Agente de Licitação poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.3. Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação/recusa de outra que tenha obtido colocação superior, o Agente de Licitação deverá negociar condições mais vantajosas com quem o apresentou.

a) A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

10.4. Se depois de adotada a providência referida na alínea "a" deste subitem não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. No julgamento das propostas, a classificação se dará em ordem crescente dos preços apresentados, sendo considerada vencedora a proposta que cotar o MENOR PREÇO POR LOTE, para o objeto licitado;

11.2. Após o término da fase de lances/negociação e análise da proposta detentora do menor preço, serão desclassificadas as propostas que:

- a)** Contenham vícios insanáveis;
- b)** Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- c)** Apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- d)** Após esgotada a fase de lances e de negociação, se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;
 - d.1)** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Licitação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado pela Administração, observado o disposto no §3º do art. 4º-E da Lei nº 13.979/2020¹.

e) Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela EMSERH;

f) Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

11.3. Durante a fase de lances, quando identificado lances abaixo de 30% do valor estimado, o Agente de Licitação poderá solicitar comprovação de exequibilidade, que deverá ser apresentada sob pena de desclassificação.

11.3.1. Caso entenda que o preço é inexequível, o Agente de Licitação deverá antes de desclassificar a oferta, estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço, através de documentos, tais como:

- a)** Planilha de Custos apresentando preço dos serviços, margem de lucro, impostos (federais, estaduais e municipais incidente sobre a execução do objeto), bem como o detalhamento de todos os custos diretos e indiretos da empresa com base em seu regime de tributação (Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real); e;
- b)** Documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da abertura da licitação.

11.3.2. A licitante que ofertar preço considerado inexequível pelo Agente de Licitação e que não demonstre posteriormente sua exequibilidade, se sujeita às penalidades administrativas pela não manutenção da proposta.

11.3.3. Confirmada a inexequibilidade, o Agente de Licitação poderá reabrir a licitação convocando sessão pública para dar continuidade ao certame.

11.4. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fatos supervenientes e aceitos pelo Agente de Licitação.

11.5. Após análise e aceitação da proposta, o Agente de Licitação verificará a habilitação e, em seguida, anunciará o licitante vencedor.

11.6. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Agente de Licitação examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem

¹ § 3º Na situação excepcional de, comprovadamente, haver uma única fornecedora do bem ou prestadora do serviço, será possível a sua contratação, independentemente da existência de sanção de impedimento ou de suspensão de contratar com o poder público. [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

de classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, observado, no que for pertinente, os dispositivos da LC nº 123/06.

11.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

11.8. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos devem ser apresentados em nome do licitante, com o número do CNPJ e endereço respectivos, observado o seguinte:

a) Se o licitante for MATRIZ, todos os documentos devem estar em nome da MATRIZ;

b) Se o licitante for FILIAL, todos os documentos devem estar em nome da FILIAL;

b.1) Na hipótese de FILIAL, será aceita a apresentação de documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da MATRIZ.

12.1.1. Serão aceitas como prova de regularidade emitida pelos órgãos competentes as certidões negativas e as certidões positivas com efeitos de negativa.

12.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no caso de pessoa física, prova de inscrição no CPF – Cadastro de Pessoa Física;

b) Documento de Identificação do(s) Sócio(s) Administrador(es) ou do Empresário Individual;

c) No caso de empresário individual, deverá apresentar a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

d) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

e) No caso de sociedade empresária deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

f) No caso de sociedade simples, deverá apresentar a inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

g) No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, deverá apresentar a Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede o participante;

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, deverá apresentar o Decreto de autorização;

12.2.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.2.1.2. O objeto social especificado nos documentos acima determina a participação da Empresa nas licitações promovidas pela EMSERH, devendo ser totalmente compatível com o objeto licitado.

12.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.3.1. A Qualificação Técnica será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante já forneceu ou fornece materiais compatíveis com o objeto do certame, conforme especificações constantes neste Termo de Referência. O(s) Atestado(s) deverão ser impressos em papel timbrado constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo cargo/função. Para efeito de validação do referido atestado, o licitante poderá apresentar anexo ao atestado, cópia autenticada do contrato celebrado com a referida instituição ou apresentação de Nota Fiscal evitando futuras diligências;
- b) Alvará Sanitário ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal**, emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
- c) Autorização de Funcionamento de Empresa** (AFE – PRODUTOS PARA SAÚDE OU CORRELATOS), expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

12.4. DA CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA:

12.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de sua emissão/expedição, quando não vier expresso o prazo de validade na certidão.

a) Na impossibilidade da emissão da certidão a que se refere o subitem anterior, deve ser apresentada pelo licitante o Plano de Recuperação acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

12.4.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro diário e das notas explicativas².

a) As empresas obrigadas ou as que optam voluntariamente pela elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, nos termos da IN RFB vigente, terão que apresentar, até o último dia útil do mês de junho, as Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória à apresentação das Demonstrações Contábeis do último exercício encerrado;

b) As empresas não obrigadas à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, terão que apresentar, até 30 de abril, as Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis do último exercício encerrado.

c) A comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será demonstrada através de índice financeiro utilizando-se as fórmulas abaixo, cujos resultados deverão estar de acordo com os valores estabelecidos:

²TCU, Acórdão 1544/2008, Plenário, rel. MARCOS BEMQUERER, j. 13.05.2008; Art. 176, §4º, da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6404/76); Resolução CFC n.º 1.255 De 10/12/2009; Resolução CFC n.º. 1.328/11; ITG 09; NBC TG 1001; NBC TG 1002; INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI/SGD/ME Nº 82, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2022.

$$ISG = \frac{\textit{Ativo Total}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$ILG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a Longo Prazo}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$ILC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

c.1) O Índice de Solvência Geral (ISG) expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

c.2) O Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

c.3) O Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

c.4) Para os três índices (ISG, ILG e ILC), o resultado "maior ou igual a 1" é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado, melhor será a condição da empresa.

c.5) O atendimento aos índices estabelecidos neste Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

d) As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, Capital Social e/ou Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor da contratação admitidas à atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

e) As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresas constituídas no exercício em curso.

f) Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.

12.4.3. As demonstrações contábeis, entende-se que estas serão "apresentadas na forma da Lei", nas seguintes situações e condições, sendo obedecidas as formas de publicação, de acordo com a legislação aplicável a cada caso, e previsto no instrumento convocatório, devendo observar e apresentar, nos termos das alíneas que seguem:

a) Publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, ou outro jornal de grande circulação da sede ou domicílio do licitante, conforme art. 289 da Lei Federal nº 6.404/1976, ou;

b) Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou;

c) Registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio do licitante para as sociedades simples ou;

d) Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

12.4.4. As MEI / ME / EPP, que demonstrem esta condição nos termos do subitem 7.10, alínea “i”, deste Edital, cuja participação neste certame esteja limitada apenas aos ITENS e/ou LOTES EXCLUSIVOS, ficam dispensadas do cumprimento da apresentação de Balanço Patrimonial do último exercício social, nos termos do art. 13 da Lei Estadual nº 10.403/2015.

12.4.4.1. A licitante que declarar ser enquadrada como ME / EPP deverá apresentar a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE do último exercício social para fins de confirmação da declaração prestada em consonância com o disposto nos incisos I e II do art. 3º da LC nº 123/2006 e Jurisprudência do TCU3.

12.4.4.2. A prestação de declaração falsa ou indevida de MEI / ME / EPP neste certame ensejará a inabilitação da licitante.

12.5. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

12.5.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social / INSS, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.5.2. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através de apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

12.5.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante a:

a) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, e;

b) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;

c) Quando a prova de regularidade de que trata o subitem 12.5.3 for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, o Agente de Licitação poderá diligenciar para dirimir eventuais dúvidas.

12.5.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo às empresas sediadas no estado do Maranhão, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, apenas em procedimentos cujo objeto contemple parcial ou integralmente terceirização ou utilização de mão de obra.

12.5.6. As MEI / ME / EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério

3 Acórdãos nsº 1.370/2015 – Plenário, 1.677/2018 – Plenário e 61/2019 - Plenário

da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 43, §4º da LC 123/2006);

b) A não regularização da documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

c) Na hipótese da não contratação de MEI / ME / EPP, o objeto licitado poderá ser registrado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

12.6. No momento do exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar, o Agente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.6.1. Para Pessoa Jurídica: Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU disponível em (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>). A consulta consolidada inclui a Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do TCU, Consulta do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ e Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

12.6.2. Para Pessoa Física (Sócios e/ou Administradores): Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do TCU; Consulta do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ e Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

a) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.6.2.1. Constatada a existência de sanção que impeça o licitante de participar de licitação no âmbito da EMSERH, o Agente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.7. A inabilitação da licitante importa a perda do direito de participar das fases seguintes.

12.8. É de exclusiva responsabilidade das licitantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.

12.9. A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo administrativo e não será devolvida à licitante.

a) O disposto no subitem 12.9 não se aplica às declarações emitidas pelo próprio licitante.

12.10. Para os documentos nos quais não se exige a definição expressa do prazo de validade, será considerado o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias a partir da data de sua expedição.

12.11. Para facilitar o trabalho de análise dos documentos pelo Agente de Licitação, solicitam-se as licitantes que apresentem toda a documentação na ordem estabelecida no Edital.

12.12. Para fins de habilitação, a verificação pela EMSERH, órgão promotor do certame nos

sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA

13.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a "proposta ajustada ao lance final", bem como os "documentos de habilitação", por meio do menu "opções" e depois "incluir anexo proposta" no sistema Licitações-e ou através dos e-mails "csl.emserh.ma@gmail.com" ou "thyago.csl.emserh@gmail.com" no prazo de até 04 (quatro) horas após convocação do Agente de Licitação via chat, podendo ser prorrogado por igual período mediante apresentação de justificativa/solicitação da licitante e aceita pelo Agente de Licitação.

13.1.1. Os documentos remetidos por uma das formas prevista no subitem anterior poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, no prazo máximo de 01 (um) dia útil a contar do próximo dia útil após a solicitação do Agente de Licitação via chat.

13.1.1.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.1.1.2. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados pelo Agente de Licitação, deverão ser encaminhados ao Protocolo da Comissão de Licitação – CL da EMSERH, localizado na Av. Borborema, Quadra nº 16, nº 25, Bairro Calhau - São Luís/MA, CEP: 65.071-360.

13.1.1.3. A licitante que desejar ter vistas aos documentos apresentados deverá encaminhar requerimento para os e-mails indicados no subitem 13.1 deste Edital.

13.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

13.3. Os documentos necessários ao certame poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por empregado vinculado à Comissão de Licitação – CL da EMSERH, ou autenticado digitalmente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, conforme art. 114 do RILC/EMSERH.

a) No caso de autenticação através da CL/EMSERH, somente serão aceitos os documentos originais para fins de comprovação da autenticidade das cópias⁴.

13.4. Os documentos extraídos via Internet somente serão considerados válidos após a confirmação da autenticidade através do site do órgão emitente.

14. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

14.1. Encerrado o julgamento e declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar intenção de recorrer, via sistema eletrônico e dentro do prazo de 30 (trinta) minutos, em seguida será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação das RAZÕES RECURSAIS, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar CONTRARRAZÕES em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, estando assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

14.1.1. Qualquer licitante poderá manifestar intenção de recorrer por meio do Menu "Opções" >consultar lotes >consultar recurso >registrar intenção de recurso;

⁴ Acórdão 801/2004 - Plenário TCU

14.1.2. A falta de manifestação imediata de interpor recurso, no prazo de 30 (minutos) minutos estabelecido, importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto à(s) licitante(s) declarada(s) vencedora(s).

14.1.3. As razões do recurso bem como as contrarrazões deverão ser encaminhadas por meio do endereço eletrônico "csl.emserh.ma@gmail.com", com cópia para "thyago.csl.emserh@gmail.com[mb3]" ou protocolados na Sala da Comissão de Licitação – CL da EMSERH, localizada na Avenida Borborema, Quadra nº 16, nº 25, Calhau. CEP: 65.071-360 – São Luís/MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00min às 12h00min e 14h00min às 18h00min;

14.2. O recurso que versar sobre habilitação/inabilitação ou sobre classificação/desclassificação de propostas terão efeito devolutivo e não suspenderão as decisões recorridas.

14.3. Os recursos meramente protelatórios serão sujeitos à aplicação da penalidade prevista no inciso III do artigo 213, conforme disciplina o art. 219 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.

14.4. O recurso será dirigido ao Presidente da EMSERH, por intermédio do Agente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

14.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Comissão de Licitação – CL da EMSERH, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital;

14.6. Caberá recurso administrativo, à Instância Superior, em única fase recursal, da decisão da autoridade competente que, por recusa injustificada à assinatura do contrato ou por descumprimento contratual, rescindir o instrumento contratual nos casos nele especificados ou aplicar as penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da decisão.

14.6.1. O recurso será dirigido à Instância Superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou, não sendo o caso, fazê-lo subir devidamente informado.

14.6.2. Nas hipóteses do subitem 14.6 deste Edital, o recurso administrativo não possuirá efeito suspensivo, salvo disposição legal em contrário.

14.6.3. A autoridade recorrida poderá, de ofício ou a pedido, havendo motivado receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, conferir efeito suspensivo ao recurso.

14.6.4. A interposição do recurso administrativo ensejará preclusão para quaisquer outras manifestações da empresa interessada sobre a decisão da qual foi intimada.

14.6.5. O recurso não será conhecido quando interposto:

- a) Intempestivamente;
- b) Por quem não seja parte sucumbente no processo;
- c) Após exaurida as instâncias administrativas do processo.

14.6.6. Não caberá pedido de reconsideração nas decisões das hipóteses do subitem 14.6 deste Edital, bem como nas decisões da Instância Superior.

14.7. Caberá recurso, no mesmo prazo previsto no subitem 14.1 deste Edital, contra a decisão da autoridade competente que:

- a) suspender ou cancelar ata de registro de preços;
- b) indeferir, suspender ou cancelar registro cadastral;

c) indeferir pré-qualificação.

14.8. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que, os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto desta Licitação Eletrônica será Adjudicado pelo Agente de Licitação, ao(s) vencedor(es) dos itens/lotos quando não houver interposição de recurso administrativo nos termos do art. 117 do RILC/EMSERH.

15.1.1. Havendo interposição de recurso, o ato de Adjudicação deverá ser efetivado pelo Presidente da EMSERH nos termos do parágrafo único do art. 117 do RILC/EMSERH.

15.2. A Homologação desta Licitação Eletrônica compete ao Presidente da EMSERH, nos termos do art. 118 do RILC/EMSERH.

16. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

16.1. Quanto a Administração manifestar interesse em revogar ou anular licitação, no caso de iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, referida no inciso III do artigo 42 do RILC/EMSERH, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da divulgação do interesse, para que os licitantes manifestem interesse em contestar o respectivo ato.

16.2. Além das hipóteses previstas no artigo 98, §3º e no artigo 187, §2º, inciso II, ambos do RILC/EMSERH, o Presidente da EMSERH poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

16.2.1. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, observado o subitem 16.2.2.

16.2.2. A nulidade da licitação induz à do contrato.

16.2.3. O disposto nos subitens 16.2, 16.2.1 e 16.2.2 aplica-se, no que couber, aos atos por meio dos quais se determine a contratação direta.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologado o resultado da licitação, a EMSERH convocará o licitante vencedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o Instrumento Contratual (Anexo IV), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Item 23 deste Edital.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela EMSERH.

17.2. É facultado à EMSERH, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidos:

a) Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados conformidade com o instrumento convocatório;

b) Revogar a licitação.

17.3. Decorridos 150 (cento e cinquenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, caso outro prazo não tenha sido estabelecido no instrumento convocatório.

17.4. No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar Instrumento Público ou Particular de Mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes específicos ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.

a) Caso a adjudicatária já tenha apresentado os documentos exigidos pelo caput em momento oportuno no processo licitatório, fica dispensada do cumprimento desta disposição;

b) A assinatura do contrato, de seus aditivos e de qualquer outro documento pertinente à sua execução pode ser realizada eletronicamente, conforme regulamentado em ato normativo interno;

c) A formalização do instrumento de contrato estará condicionada à inexistência de registro junto ao Cadastro Estadual de Inadimplentes do Estado do Maranhão – CEI e à apresentação de Certidão Negativa de Débitos (ou Positiva com Efeito de Negativa) junto à CAEMA, na forma da Lei n.º 6.690/96 e do Decreto Estadual n.º 21.178/05, respectivamente, não sendo exigível a comprovação de regularidade fiscal.

17.5. No ato da assinatura do contrato, convênio ou concessão, a Administração Pública deverá consultar o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo divulgada no sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego, certificando nos autos a regularidade ou irregularidade da pessoa jurídica de direito privado interessada em celebrar o contrato, consoante a Lei Estadual nº 10.612 de 03 de julho de 2017, que alterou o parágrafo único da Lei Estadual nº 9.752, de 10 de janeiro de 2013.

17.6. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à EMSERH, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

17.7. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

17.8. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à EMSERH a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

17.9. Obrigam-se os contratados a:

17.9.1. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal;

17.9.2. Cumprir a legislação e a regulamentação relativa à prevenção e ao combate à corrupção;

17.9.3. Não utilizar, de qualquer forma, de trabalho infantil ou em condições análogas à de escravo;

17.9.4. Adotar boas práticas de preservação ambiental; e

17.9.5. Conhecer e respeitar o Código de Conduta e Integridade da EMSERH.

17.10. É vedado aos contratados e a seus empregados realizar qualquer negócio em nome do ou em razão de contrato firmado com a EMSERH de maneira imprópria, que configure atos

criminosos ou ilícitos, tais como corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e fraudes.

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. Conforme Cláusula Décima Primeira da Minuta do Contrato (Anexo IV) e item 13 do Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

19. DO FISCAL DO CONTRATO

19.1. Conforme Cláusula Nona da Minuta do Contrato (Anexo IV) deste Edital.

20. DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

20.1. Conforme Cláusula Décima da Minuta do Contrato (Anexo IV) deste Edital.

21. DA REVISÃO

21.1. Conforme Cláusula Décima Segunda da Minuta do Contrato (Anexo IV) deste Edital.

22. DO REAJUSTE

22.1. Conforme Cláusula Décima Sexta da Minuta do Contrato (Anexo IV) deste Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Além das sanções previstas na Cláusula Décima Terceira da Minuta do Contrato (Anexo IV) deste Edital, os participantes poderão sofrer as penalidades previstas nos arts. 211 a 216 do RILC/EMSERH.

24. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

24.1. Conforme Cláusula Sexta da Minuta do Contrato (Anexo IV) e Item 6 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.2. O resultado desta licitação será comunicado mediante publicação no site da EMSERH "www.emserh.ma.gov.br".

25.3. São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

- ANEXO I** Termo de Referência;
- ANEXO II** Modelo de Proposta de Preços;
- ANEXO III** Modelo de Declaração Consolidada;
- ANEXO IV** Minuta de Contrato.

São Luís (MA), 02 de janeiro de 2024.

Thyago Monte Souza
Agente de Licitação da EMSERH
Matricula nº 12.481

LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 001/2024 – CL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48.717/2023- EMSERH

ANEXO I

- TERMO DE REFERÊNCIA -

1. DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO CONSIGNADA DE OPME - ÓRTESES PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (CIRURGIAS ORTOPÉDICAS), para atender as necessidades do **HOSPITAL GERAL DE BARRA DO CORDA**, administrado pela EMSERH.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Considerando o Contrato 03/2022, celebrado entre o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde – SES, e a Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH, que tem por objeto o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de Saúde no Hospital Regional de Barra do Corda.

2.2. Considerando que a contratação será disciplinada pelo art. 37, inc. XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), Lei nº 13.303/2016 c/c o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, e pelas legislações correlatas e normas internas da Empresa.

2.3. Considerando que a administração pública obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, o qual se vincula ainda às referidas lições principiológicas, conforme previsto no art. 37 da CRFB c/c art. 31 da Lei nº 13.303/2016.

2.4. Considerando a consagração constitucional da saúde como direito fundamental por intermédio dos arts. 6º e 196 da CRFB, constante ainda no art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, corolário do princípio da Dignidade da Pessoa Humana, devem os Entes Federados prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, sendo facultativa a participação das instituições privadas no Sistema Único de Saúde (SUS), segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio.

2.5. Tendo em vista a necessidade de abastecer as unidades de saúde administradas pela EMSERH com material médico hospitalar de forma a mantê-las em funcionamento e considerando ser direito de todos e dever do Estado garantir mediante políticas sociais e econômicas o acesso universal e igualitário à saúde, visando a redução de doenças e outros agravos e a necessidade imperiosa da não interrupção dos serviços hospitalares, sem prejuízo à população maranhense;

2.6. Garantir assistência à saúde sem danos requer conhecimento, controle e se possível eliminação dos principais riscos que envolvem o processo de trabalho em serviços de saúde. O grande número de procedimentos invasivos incluindo, cirurgias e exames diagnósticos que são realizados em serviços de saúde de diferentes complexidades podem trazer o risco da aquisição de infecções. Os artigos médico-hospitalares inadequadamente limpos, desinfetados ou

esterilizados, se tornam fontes de contaminação e transmissão de agentes infecciosos tanto para pacientes quanto para profissionais.

2.7. Trata-se de aquisição CONSIGNADA DE OPME - ÓRTESES PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (CIRURGIAS ORTOPEDICAS), necessários para que a unidade HOSPITAL REGIONAL DE BARRA DO CORDA, administrada pela EMSERH, possam realizar suas atividades de assistência.

2.8. Os OPME'S são de extrema importância dentro da logística de uma unidade hospitalar, pois englobam os procedimentos e serviços essenciais objetivando promoção de saúde, integridade, eficácia na assistência à saúde e a máxima eficiência com o mínimo de risco aos pacientes.

2.9. Equipamentos e materiais de saúde são aparelhos, materiais ou acessórios cujo uso ou aplicação estejam ligados à defesa e proteção da saúde individual ou coletiva, à higiene pessoal ou de ambientes, ou a fins diagnósticos, terapêuticos e cirúrgicos.

2.10. A falta de alguns materiais imprescindíveis para assistência é um dos pontos que mais afligem os gestores dos serviços de saúde e impedem o regular andamento de suas atividades, levando a vivência de situações danosas e estressantes para o cliente, família e profissionais.

2.11. Considerando a aprovação do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares aprovado em 22 de fevereiro de 2019 pelo Conselho de Administração da EMSERH, que passa a regulamentar as contratações desta empresa pública.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

3.1. A empresa deverá manter OBRIGATORIAMENTE na C.M.E. e no Centro Cirúrgico da unidade TODOS os itens discriminados abaixo, em regime de CONSIGNAÇÃO bem como comodato de TODOS EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS necessários à sua plena utilização, sem nenhum custo adicional para contratante. Os EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS deverão ser novos, ou em excelente estado de conservação, em caixas apropriadas e específicas para cada tipo de cirurgia, com reposição dos materiais utilizados, mediante solicitação da unidade, em até 48hs.

3.2. A empresa deverá corrigir remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente às suas custas e riscos, todo ou em parte, os OPME'S e os respectivos EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS EM COMODATO, num prazo máximo de 48 horas, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições, decorrente de culpa da empresa fornecedora ou fabricante, bem como em que se verifiquem danos em decorrência de transporte.

3.3. Da **especificação das órteses e próteses e materiais especiais** EM CONSIGNAÇÃO, segue-se:

LOTE 01				
ITEM	DESCRIÇÃO	SUS/SIGTAP	UND	QTD
1	ANCORA	07.02.03.002-3	UND	03
2	ARRUELA DENTADA	07.02.03.003-1	UND	05
3	ARRUELA LISA	07.02.03.004-0	UND	50

4	CIMENTO C/ ANTIBIOTICO	07.02.03.008-2	UND	05
5	CIMENTO S/ ANTIBIOTICO	07.02.03.138-0	UND	30
6	COMPONENTE CEFALICO / POLIETILENO / METAL P/ HEMIARTROPLASTIA BIPOLAR / METALICO P/ HEMIARTROPLASIA MONOPOLAR	07.02.03.012-0	UND	20
7	FIO DE KIRSCHNER	07.02.03.134-8	UND	200
8	FIO MALEAVEL DE CERCLAGEM, DE TITANIO, P/ COLUNA, METAFISE E DIAFISE	07.02.05.019-9	UND	10
9	FIO TIPO STEINMAN LISO	07.02.05.079-2	UND	200
10	FIO TIPO STEINMAN ROSQUEADO	07.02.03.033-3	UND	10
11	FIXADOR EXTERNO C/ SISTEMA DE CORRECAO ANGULAR E/OU ROTACIONAL	07.02.03.036-8	UND	20
12	FIXADOR EXTERNO CIRCULAR / SEMI-CIRCULAR	07.02.03.038-4	UND	20
13	FIXADOR EXTERNO LINEAR	07.02.03.040-6	UND	100
14	FIXADOR EXTERNO P/ PUNHO	07.02.03.041-4	UND	10
15	FIXADOR EXTERNO TIPO PLATAFORMA - SISTEMA DE ALONGAMENTO / TRANSPLANTE OSSEO	07.02.03.042-2	UND	20
16	HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA DE FEMUR (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.051-1	UND	20
17	HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA DE TIBIA (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.052-0	UND	20
18	MINI-FIXADOR EXTERNO	07.02.03.060-0	UND	20
19	PARAFUSO CANULADO 7,0 MM	07.02.03.064-3	UND	20
20	PARAFUSO CORTICAL 3,5 MM	07.02.03.069-4	UND	250
21	PARAFUSO CORTICAL 4,5 MM	07.02.03.070-8	UND	250
22	PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 MM	07.02.03.072-4	UND	20
23	PARAFUSO ESPONJOSO 6,5 MM	07.02.03.073-2	UND	20
24	PARAFUSO MALEOLAR	07.02.03.074-0	UND	100
25	PARAFUSO P/ COMPONENTE ACETABULAR	07.02.03.076-7	UND	50
26	PINO DE SHANTZ	07.02.03.080-5	UND	100
27	PLACA 1/3 TUBULAR 3,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.083-0	UND	30
28	PLACA C/ PARAFUSO DESLIZANTE DE 135 OU 150 GRAUS (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.081-3	UND	30
29	PLACA C/ PARAFUSO DESLIZANTE DE 95 GRAUS (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.082-1	UND	30
30	PLACA DE COMPRESSAO DINAMICA 3,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.089-9	UND	30
31	PLACA DE COMPRESSAO DINAMICA 4,5 MM ESTREITA (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.090-2	UND	30
32	PLACA DE COMPRESSAO DINAMICA 4,5 MM LARGA (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.091-0	UND	30
33	PLACA DE RECONSTRUÇÃO 3,5MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.092-9	UND	50
34	PLACA EM L 4,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.097-0	UND	30
35	PLACA EM T 3,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.099-6	UND	30
36	PLACA EM T 4,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.100-3	UND	30

37	PLACA P/ CALCANEIO (INCLUI PARAFUSO)	07.02.03.104-6	UND	20
38	PROTESE DE CABECA DE RADIO	07.02.03.112-7	UND	20
39	RESTRITOR DE CIMENTO FEMORAL/UMERAL	07.02.03.125-9	UND	20
40	COMPONENTE TIBIAL PRIMARIO DE POLIETILENO	07.02.03.027-9	UND	30
41	COMPONENTE TIBIAL PRIMARIO METALICO CIMENTADO / FIXACAO BIOLOGICA	07.02.03.028-7	UND	20
42	COMPONENTE ACETABULAR DE POLIETILENO P/ COMPONENTE METALICO PRIMARIO / DE REVISAO DE FIXACAO BIOLOGICA	07.02.03.059-7	UND	30
43	PLACA DE RECONSTRUÇÃO 4,5MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.093-7	UND	20
44	PROTESE PARCIAL DE QUADRIL CIMENTADA MONOBLOCO (TIPO THOMPSON)	07.02.03.122-4	UND	10

LOTE 02				
ITEM	DESCRIÇÃO	SUS/SIGTAP	UND	QTD
1	PARAFUSO DE INTERFERÊNCIA DE TITÂNIO	07.02.03.071-6	UND	100
2	CANULA DE DEBRIDAÇÃO PARA TECIDO CARTILAGINOSO	---	UND	50
3	EQUIPO DE IRRIGAÇÃO GRAVITACIONAL 04 VIAS PARA UROLOGIA E ARTROSCOPIA COM CORTA FLUXO E TAMPAS	---	UND	50

3.4. Das especificações dos equipamentos e instrumental cirúrgicos EM REGIME DE COMODATO, segue-se:

DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS PARA O LOTE 01	UND	QTD
PERFURADOR ORTOPEDICO PNEUMÁTICO CANULADO AUTOCLAVÁVEL, CONTENDO MINIMAMENTE: PERFURADOR ÓSSEO CANULADO, TIPO PISTOLA, PARA CIRURGIA ORTOPÉDICA COM CANULAÇÃO MÁXIMA APROXIMADA 4.5MM, ALTO TORQUE, VELOCIDADE CONTROLÁVEL/REGULÁVEL DE 0 A 1.000RPM, COM ROTAÇÃO HORÁRIA E ANTI-HORÁRIA. UTILIDADE EM CIRURGIAS ORTOPÉDICAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS NOS ORIFÍCIOS DO TECIDO ÓSSEO E INTRODUÇÃO E EXTRAÇÃO DE PINOS E FIOS LISOS OU COM ROSCAS. FUNCIONAMENTO COM NITROGÊNIO, AR MEDICINAL E AR COMPRIMIDO E AUTOCLAVÁVEL A 134°C. CADA PERFURADOR DEVERÁ SER ACOMPANHADO DE: MANDRIL RÁPIDO EM AÇO INOX, COM ABERTURA DE 0.0 ATÉ 6.5MM COM CHAVE PARA APERTO DE BROCAS, VELOCIDADE DE TRABALHO DE 0 A 1.000RPM; MANDRIL DE ALTO TORQUE COM ABERTURA 0.0 ATÉ 10.0MM COM CHAVE, PARA UTILIZAÇÃO DE FRESAS E RASPAS, COM VELOCIDADE DE TRABALHO DE 0 A 250RPM; CAIXA AUTOCLAVÁVEL PERFURADA PARA ACOMODAÇÃO, TRANSPORTE E ESTERILIZAÇÃO; MANGUEIRA DE SILICONE DE, NO MÍNIMO 03 METROS DE COMPRIMENTO, AUTOCLAVÁVEL A 134°C; CHAVES PARA APERTO DOS MANDRIS; PASSADOR DE FIOS DE 1.0 A 2.5; PASSADOR DE FIOS 2.5 A 4.0; REGULADOR DE PRESSÃO COM ENGATE RÁPIDO E CHAVE PARA FIXAÇÃO NO CILINDRO, ÓLEO LUBRIFICANTE E MALETA PARA TRANSPORTE.	KIT	2
SERRA OSCILANTE PNEUMÁTICA AUTOCLAVÁVEL, CONTENDO MINIMAMENTE: SERRA OSCILANTE PNEUMÁTICA AUTOCLAVÁVEL TIPO PISTOLA, PROJETADA PARA USO HOSPITALAR EM CIRURGIAS ORTOPÉDICAS., OU QUALQUER OUTRO PROCEDIMENTO QUE EXIJAM CORTE DO TECIDO ÓSSEO. EMPUNHADURA ANATOMICA COM 12 POSIÇÕES DE ÂNGULO, CONFECCIONADA EM MATERIAL LEVE E RESISTENTE, CABO EM ALUMÍNIO ANONIZADO DURO, CABEÇOTE EM AÇO INOX, COM ROLAMENTOS E SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM AÇO INOX. TURBINA MOTORA DE NO MÍNIMO 36.000 RPM. ACIONAMENTO PROGRESSIVO E TRAVA DE SEGURANÇA ATRAVÉS DO	KIT	1

<p>GATILHO DESLIZANTE NO PRÓPRIO CABO. FUNCIONAMENTO COM NITROGENIO, AR MEDICINAL E AR COMPRIMIDO. AUTOCLAVÁVEL A 134°C. POSSUIR CAIXA PARA ACOMODAÇÃO E TRANSPORTE AUTOCLAVÁVEL A 134°C. MANGUEIRA DE SILICONE COM ACOPLPE RÁPIDO, AUTOCLAVÁVEL A 134°C COM NO MÍNIMO 03 METROS DE COMPRIMENTO. POSSUIR: 06 LÂMINAS AUTOCLAVÁVEIS, REGULADOR DE PRESSÃO COM ENGATE RÁPIDO, CHAVE PARA FIXAÇÃO NO TORPEDO, ÓLEO LUBRIFICANTE E MALETA PARA TRANSPORTE. OBS: AS LÂMINAS, QUANDO PERDEREM O FIO DE CORTE, SERÃO TROCADAS PELA CONTRATADA, SEM ÔNUS À CONTRATANTE., BEM COMO A REPOSIÇÃO DO ÓLEO LUBRIFICANTE. OS TAMANHOS DAS LÂMINAS SERÃO SELECIONADOS PELA CONTRATANTE.</p>		
<p>CAIXA DE PEQUENOS FRAGMENTOS, CONTENDO MINIMAMENTE: AFASTADOR DE HOHMANN P/ USO 3,5 CURTO ;AFASTADOR DE HOHMANN P/ USO 3,5 LONGO; AFASTADOR HOHMANN CURTO; AFASTADOR HOHMANN MEDIO; AFASTADOR MINI HOHMANN 08 X 17CM; BROCA 2,0 X 150 MM; BROCA 2,5 X 150 MM; BROCA 3,2X150MM; BROCA 3,5X150MM; BROCA AÇO INOX 2,5 X 150 MM; CABO EM T E./RAPIDO; CABO P/ GUIA DE BROCA UNIV; CHAVE HEXAGONAL ESPECIAL USO 3,5 (SEXTAVADA); CURETA Nº 2; ESCARIADOR P/ USO 3,5 E. RAPIDO; GUIA DUPLO P/ BROCA 2,5/3,5 ESP. UNIV.; GUIA P/ BROCA DIAM. 2,5 STANDARD - UNIV; GUIA P/ BROCA USO 2,5 EXCENTRICO; GUIA P/ BROCA USO 2,5 NEUTRO; MACHO P/ CORTICAL ESP. DIAM. 3,5 ENGATE RAPIDO; MACHO P/ ESPONJOSO DIAM. 4,0MM COM ENGATE RAPIDO; MARTELO 250G; MEDIDOR P/ CORTICAL USO 3,5; OSTEOTOMO DELICADO 9.5; OSTEOTOMO LAMBOTTE FACA RETA 10MM; OSTEOTOMO LAMBOTTE FACA RETA 16MM; PINÇA AUTO-CENTRANTE 150MM; PINÇA AUTO-CENTRANTE 160MM; PINÇA DE REDUÇÃO 130 MM C/ PONTA; PINÇA DE REDUÇÃO 140 MM C/ SERRILHA; PINÇA DE REDUÇÃO RETA 3,5; PINÇA ESPANHOLA 150MM; PINÇA GOIVA 178MM; PINÇA GOIVA RUSKIN CURVA 180MM; PINÇA P/ CHAVE HEXAGONAL 3,5; PINÇA PARA PARAFUSO CORTICAL; RETORCEDOR P/ USO 3,5; RUGINA PEQUENA</p>	CX	1
<p>CAIXA GRANDES FRAGMENTOS, CONTENDO MINIMAMENTE: AFASTADOR HOHMANN CURVO 28MM X 27CM; AFASTADOR HOHMANN GRANDE; AFASTADOR HOHMANN MEDIO 35X255MM; AFASTADOR HOHMANN PEQUENO; BROCA AÇO INOX 3.2X150MM; BROCA AÇO INOX 3.5X150MM; BROCA AÇO INOX 4.5X150MM; CABO PF. A GUIA BROCAS D3.2/4.5MM; CHAVE HEXAGONAL PARA PARAFUSO 4.5MM; CURETA Nº 02; CURETA Nº 03; ESCARIADOR DIAM 8.0MM; GUIA DE BROCA DCP CONCENT. 4.5MM; GUIA DE BROCA DCP EXCENT 4.5 MM; GUIA DE BROCA DUPLO 4.5/3.2MM; GUIA DE BROCA DUPLO 6.5/ 3.2MM; GUIA DE BROCA NEUTRO 4.5 MM; MACHO P/ CORT. D4.5MM C/ ENGATE RAPIDO; MACHO P/ ESPONJOSO D6.5MM C/ ENGATE RAPIDO; MARTELO NEUFIELD 500G; MEDIDOR DE PROFUNDIDADE D 4.5/6.5X80MM; MINI CHAVE EM T C/ ENG RAPIDO; OSTEOTOMO FORMAO TIPO FACA RETA 25MM; OSTEOTOMO LAMBOTTE FACA CURVO 18MM; OSTEOTOMO LAMBOTTE FACA RETO 10MM; OSTEOTOMO LAMBOTTE FACA RETO 14MM; PINÇA AUTO-CENTRANTE 240MM; PINÇA AUTO-CENTRANTE 260MM; PINÇA ESPANHOLA 220MM; PINÇA GOIVA DUCK BILL 23CM CORTE 5MM; PINÇA PARA PARAFUSO; RETORCEDOR DE PLACAS 225MM; RUGINA 15MM; RUGINA GRANDE</p>	CX	1
<p>CAIXA FIXADOR EXTERNO CIRCULAR, CONTENDO MINIMAMENTE: BROCA 1,5X150MM; CHAVE CACHIMBO; CHAVE COMBINADA 10MM; CHAVE COMBINADA 11MM; TENSOR DINAMOMETRICO; TENSOR MANUAL</p>	CX	1
<p>CAIXA FIXADOR EXTERNO LINEAR, CONTENDO MINIMAMENTE: BROCA CIRURGICA 3.2 X 250MM; BROCA CIRURGICA 4.0 X 250MM; BROCA CIRURGICA 4.8 X 250MM; CANULA CURTA; CANULA LONGA; CHAVE EM "T"; CHAVE EM "T" COM MANDRIL; CHAVE FIXA; CHAVE SEGURA CONECTOR; COMPRESSOR DISTRATOR; MEDIDOR DE PROFUNDIDADE</p>	CX	1
<p>CAIXA FIXADOR EXTERNO TUBULAR, CONTENDO MINIMAMENTE: ALONGADOR 11MM; ALONGADOR 6.3MM; ALONGADOR 9.5MM; BROCA 2.5MM (PINO 4.5MM); BROCA 3.2MM (PINO 5.0MM); BROCA 4.5MM (PINO 6.0MM); CHAVE ALLEN; CHAVE COMBINADA ; GUIA PARA PINO 4.5MM; GUIA PARA PINO 5MM E 6MM; MANDRIL COM CABO EM "T"; MEDIDOR DE PROFUNDIDADE</p>	CX	1
<p>CAIXA PROTESE DE QUADRIL CIMENTADA, CONTENDO MINIMAMENTE: BROCA COM STOP 9MM; CHAVE; CHAVE "T"; CHAVE "T" PARA FRESA; CURETA 13 X 24MM; CURETA 16 X 27MM; CURETA 9 X 19MM; EXTRATOR DE CABEÇA DE FÊMUR; EXTRATOR DE HASTE; EXTRATOR LONGO DE CABEÇA DE FÊMUR; FRESA 10.0; FRESA 12.5; FRESA 15.0; FRESA 17.5; FRESA 20.0; FRESA 7.5; FRESA ACETABULAR 40MM; FRESA ACETABULAR 42MM; FRESA ACETABULAR 44MM; FRESA ACETABULAR 46MM; FRESA ACETABULAR 48MM FRESA ACETABULAR 50MM; FRESA ACETABULAR 52MM; FRESA ACETABULAR 54MM; FRESA ACETABULAR 56MM; FRESA ACETABULAR 58MM; FRESA ACETABULAR 60MM; FRESA ACETABULAR 62MM; FRESA INICIAL FEMORAL; FRESA ROTATIVA</p>	CX	1

<p>9MM; GUIA DA FRESA ACETABULAR; IMPACTOR IMPACTOR DE MULLER; MEDIDOR DE CABEÇA DE FÊMUR; MEDIDOR DE CAPSULA BIPOLAR 39MM; MEDIDOR DE CAPSULA BIPOLAR 41MM; MEDIDOR DE CAPSULA BIPOLAR 43MM; MEDIDOR DE CAPSULA BIPOLAR 45MM; MEDIDOR DE CAPSULA BIPOLAR 47MM; MEDIDOR DE CAPSULA BIPOLAR 49MM; MEDIDOR DE CAPSULA BIPOLAR 51MM; MEDIDOR DE CAPSULA BIPOLAR 53MM; MEDIDOR DE PROVA 22MM COLO LONGO; MEDIDOR DE PROVA 22MM COLO MÉDIO; MEDIDOR DE PROVA 28MM COLO CURTO; MEDIDOR DE PROVA 28MM COLO LONGO; MEDIDOR DE PROVA 28MM COLO MÉDIO; MEDIDOR DE PROVA 32MM COLO CURTO; MEDIDOR DE PROVA 32MM COLO EXTRA LONGO; MEDIDOR DE PROVA 32MM COLO LONGO; MEDIDOR DE PROVA 32MM COLO MÉDIO; MEDIDOR FEMORAL 10.0; MEDIDOR FEMORAL 12.5; MEDIDOR FEMORAL 15.0; MEDIDOR FEMORAL 17.5; MEDIDOR FEMORAL 20.0; MEDIDOR FEMORAL 7.5; PINO DE EXTRAÇÃO; POSICIONADOR ACETABULAR</p>		
<p>PROTESE DE QUADRIL NÃO CIMENTADA, CONTENDO MINIMAMENTE: ACOPLADOR DE CABEÇA DE PROVA 44.0; ADAPTADOR PARA PERFURADOR ELÉTRICO; BROCA FLEXÍVEL 3.5; CABEÇA INTERCAMBIÁVEL DE PROVA 22.0 C/C C/ ROSCA; CABEÇA INTERCAMBIÁVEL DE PROVA 22.0 C/C CONE 12/14; CABEÇA INTERCAMBIÁVEL DE PROVA 22.0 C/L CONE 12/14; CABEÇA INTERCAMBIÁVEL DE PROVA 22.0 C/M CONE 12/14; CABEÇA INTERCAMBIÁVEL DE PROVA 28.0 C/C CONE 12/14; CABEÇA INTERCAMBIÁVEL DE PROVA 28.0 C/L CONE 12/14; CABEÇA INTERCAMBIÁVEL DE PROVA 28.0 C/M CONE 12/14; CABO COM ENGATE EM "X" PARA RASPA ACETABULAR; CABO PARA RASPADOR FEMORAL; CHAVE EM "T" COM ENGATE RÁPIDO; CHAVE HEXAGONAL CARDAN; CURETA GRANDE; CURETA MEDIO; CURETA PEQUENA; EXTRATOR DE CABEÇA FÊMUR; EXTRATOR DE CABEÇA METÁLICA; EXTRATOR DE PRÓTESE FEMORAL; FRESA CÔNICA; FRESA DE COLO DE FÊMUR; FRESA INICIAL CÔNICA; FRESA INTRAMEDULAR 10.0; FRESA INTRAMEDULAR 11.0; FRESA INTRAMEDULAR 12.0; FRESA INTRAMEDULAR 13.0; FRESA INTRAMEDULAR 14.0; FRESA INTRAMEDULAR 15.0; FRESA INTRAMEDULAR 16.0; FRESA INTRAMEDULAR 17.0; GUIA DE BROCA PARA ACETABULO PARAFUSADO; IMPACTOR DE ACETABULO COM CABEÇA D 28MM; IMPACTOR DE CABEÇA; IMPACTOR DE HASTE; MEDIDOR DE PROFUNDIDADE CURVO; PINÇA PARA PARAFUSO DE ACETABULO; PINO PARA RASPA; POSICIONADOR AC PARAFUSADO; RASPADOR ACETABULAR NÃO CIMENTADO COM ENGATE EM "X" 40.0; RASPADOR ACETABULAR NÃO CIMENTADO COM ENGATE EM "X" 42.0; RASPADOR ACETABULAR NÃO CIMENTADO COM ENGATE EM "X" 44.0; RASPADOR ACETABULAR NÃO CIMENTADO COM ENGATE EM "X" 46.0; RASPADOR ACETABULAR NÃO CIMENTADO COM ENGATE EM "X" 48.0; RASPADOR ACETABULAR NÃO CIMENTADO COM ENGATE EM "X" 50.0; RASPADOR ACETABULAR NÃO CIMENTADO COM ENGATE EM "X" 52.0; RASPADOR ACETABULAR NÃO CIMENTADO COM ENGATE EM "X" 54.0; RASPADOR ACETABULAR NÃO CIMENTADO COM ENGATE EM "X" 56.0; RASPADOR ACETABULAR NÃO CIMENTADO COM ENGATE EM "X" 58.0; RASPADOR ACETABULAR NÃO CIMENTADO COM ENGATE EM "X" 60.0; RASPADOR FEMORAL 10; RASPADOR FEMORAL 11; RASPADOR FEMORAL 12; RASPADOR FEMORAL 13; RASPADOR FEMORAL 14; RASPADOR FEMORAL 15; RASPADOR FEMORAL 16; RASPADOR FEMORAL 17; SUSTENTADOR DE ACETABULO; VAZADOR DE FEMUR</p>	CX	1
<p>CAIXA DE PROTESE DE JOELHO, CONTENDO MINIMAMENTE: AFASTADOR DE TENDÃO PATELAR; AFASTADOR TIBIAL; APALPADOR DO GUIA; BROCA 3.2 X 150MM; BROCA FEMORAL; BROCA TIBIAL 16.7MM; CABO UNIVERSAL ; CALÇA MINI GUIA DE ALINHAMENTO AJUSTÁVEL; CHAVE COM SEXTAVADO INTERNO; CHAVE SEXTAVADA 3.5MM (HEXAGONAL); CORPO DA PINÇA TIBIAL; CORPO DO EXTRATOR TIBIAL; CORPO DO IMPACTOR TIBIAL; EXTRATOR; EXTRATOR FEMORAL; EXTRATOR INTRAMEDULAR; FRESA 8MM; FRESA TIBIAL TAMANHO 3/4; FRESA TIBIAL TAMANHO 5/6; FRESA TIBIAL TAMANHO 7/8; GUIA DE ACABAMENTO FEMORAL 4 EM 1 C; GUIA DE ACABAMENTO FEMORAL 4 EM 1 D; GUIA DE ACABAMENTO FEMORAL 4 EM 1 E; GUIA DE ACABAMENTO FEMORAL 4 EM 1 F; GUIA DE ACABAMENTO FEMORAL 4 EM 1 G; GUIA DE ALINHAMENTO EXTRAMEDULAR; GUIA DE BROCA TIBIAL; GUIA DE CORTE DE INTERCÔNDILO TAMANHO C; GUIA DE CORTE DE INTERCÔNDILO TAMANHO D; GUIA DE CORTE DE INTERCÔNDILO TAMANHO E; GUIA DE CORTE DE INTERCÔNDILO TAMANHO F; GUIA DE CORTE DE INTERCÔNDILO TAMANHO G; GUIA DE CORTE PARA FRESA TIBIAL TAMANHO 3; GUIA DE CORTE PARA FRESA TIBIAL TAMANHO 4; GUIA DE CORTE PARA FRESA TIBIAL TAMANHO 5; GUIA DE CORTE PARA FRESA TIBIAL TAMANHO 6; GUIA DE CORTE PARA FRESA TIBIAL TAMANHO 7; GUIA DE CORTE TIBIAL DIREITO 0°; GUIA DE CORTE TIBIAL DIREITO 7°; GUIA DE CORTE TIBIAL ESQUERDO 0°; GUIA DE CORTE TIBIAL ESQUERDO 7°; GUIA DE FURAÇÃO ANGULAR DIREITO 0° E 3°; GUIA DE FURAÇÃO ANGULAR DIREITO 5° E 7°; GUIA DE FURAÇÃO ANGULAR ESQUERDO 0°</p>	CX	1

<p>E 3°; GUIA DE FURAÇÃO ANGULAR ESQUERDO 5° E 7°; GUIA DE FURAÇÃO PATELAR 29/38MM; GUIA DE FURAÇÃO PATELAR 32/35MM; GUIA DE POSICIONAMENTO DISTAL 0°; GUIA DE POSICIONAMENTO DISTAL 3°; GUIA DESLIZANTE; GUIA ORIENTADOR DO CORTE; GUIA ORIENTADOR FEMORAL; GUIA ORIENTADOR FEMORAL PROLONGADOR; GUIA PARA CORTE TIBIAL CONJUGADO 7°; GUIA PARA CORTE TIBIAL CONJUGADO 3°; GUIA TELESCÓPICO; HASTE DA PINÇA DO TORNOZELO; HASTE DO GUIA DE CORTE INTRAMEDULAR PARA CORTE TIBIAL 0°; HASTE DO GUIA TELESCÓPICO EXTERNO PARA CORTE TIBIAL; HASTE DO GUIA TELESCÓPICO INTRAMEDULAR PARA CORTE TIBIAL; HASTE GUIA INTRAMEDULAR TIBIAL; IMPACTOR FEMORAL; IMPACTOR TIBIAL – 02 UNIDADES; MARTELO DE POLIETILENO; MEDIDO COMPONENTE TIBIAL TAMANHO 3; MEDIDO COMPONENTE TIBIAL TAMANHO 4; MEDIDO COMPONENTE TIBIAL TAMANHO 5; MEDIDO COMPONENTE TIBIAL TAMANHO 6; MEDIDO COMPONENTE TIBIAL TAMANHO 7; MEDIDOR 10MM; MEDIDOR 12MM; MEDIDOR 14MM; MEDIDOR 17MM; MEDIDOR DE PROVA PATELAR 29MM; MEDIDOR DE PROVA PATELAR 32MM; MEDIDOR DE PROVA PATELAR 35MM; MEDIDOR DE PROVA PATELAR 38MM; MEDIDOR E CORTE TIBIAL; MEDIDOR FEMORAL COM BLOQUEIO DIREITO C; MEDIDOR FEMORAL COM BLOQUEIO DIREITO D; MEDIDOR FEMORAL COM BLOQUEIO DIREITO E; MEDIDOR FEMORAL COM BLOQUEIO DIREITO F; MEDIDOR FEMORAL COM BLOQUEIO DIREITO G; MEDIDOR FEMORAL COM BLOQUEIO ESQUERDO C; MEDIDOR FEMORAL COM BLOQUEIO ESQUERDO D; MEDIDOR FEMORAL COM BLOQUEIO ESQUERDO E; MEDIDOR FEMORAL COM BLOQUEIO ESQUERDO F; MEDIDOR FEMORAL COM BLOQUEIO ESQUERDO G; MEDIDOR PAQUÍMETRO; MEDIDOR PLATÔ TIBIAL COM BLOQUEIO 3/4 10MM; MEDIDOR PLATÔ TIBIAL COM BLOQUEIO 3/4 12MM; MEDIDOR PLATÔ TIBIAL COM BLOQUEIO 3/4 14MM; MEDIDOR PLATÔ TIBIAL COM BLOQUEIO 3/4 17MM; MEDIDOR PLATÔ TIBIAL COM BLOQUEIO 5/6 10MM; MEDIDOR PLATÔ TIBIAL COM BLOQUEIO 5/6 12MM; MEDIDOR PLATÔ TIBIAL COM BLOQUEIO 5/6 14MM; MEDIDOR PLATÔ TIBIAL COM BLOQUEIO 5/6 17MM; MEDIDOR PLATÔ TIBIAL COM BLOQUEIO 7/8 10MM; MEDIDOR PLATÔ TIBIAL COM BLOQUEIO 7/8 12MM; MEDIDOR PLATÔ TIBIAL COM BLOQUEIO 7/8 14MM; MEDIDOR PLATÔ TIBIAL COM BLOQUEIO 7/8 17MM; MINI GUIA DE ALINHAMENTO AJUSTÁVEL; MINI GUIA DE CORTE DISTAL; MINI GUIA MEDIDOR FEMORAL; PERFURADOR 3.2 X 48MM; PERFURADOR 3.2 X 75MM; PERFURADOR FIXADOR 38MM; PERFURADOR FIXADOR 56MM; PERFURADOR FIXADOR ROSQUEADO; PINÇA DE INSERÇÃO PLATO TIBIAL – 02 UNIDADES; PINÇA DO TORNOZELO; PINÇA EXTRATORA DE PREGOS; PINÇA PARA EXTRAÇÃO DO PREGO; PINÇA PATELAR – 02 UNIDADES; PINO FIXADOR DE GUIA DE CORTE DE INTERCÔNDILO; PINO POSICIONADOR DISTAL DE TÍBIA; POSICIONADOR DE GUIA; RASPADOR DE OSSO; SUPORTE PARA APALPADOR DO GUIA;</p>		
---	--	--

DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS PARA O LOTE 02	UND	QTD
EQUIPAMENTO PARA ROTACIONAR AS LÂMINAS DE ARTROSCOPIA TIPO "SHAVER": INDICADO PARA CORTES OSSEOS, DESGASTES ÓSSEOS EM GERAL, INSERÇÕES, PERFURAÇÕES E DEBRIDAÇÕES. PEÇA DE MÃO DEVERÁ SER AUTOCLAVÁVEL ATE NO MAXIMO 135°C (15MIN), DEVE TER NO MÍNIMO: VELOCIDADE MINIMA DE 500RPM E MÁXIMA DE 8.000RPM. VELOCIDADE OSCILATÓRIA MÁXIMA DE 3.000RPM. MODOS DE OPERAÇÃO: DIRETO, OSCILANTE E REVERSO. O KIT SERÁ COMPOSTO POR: CAIXA COMANDO (GABINETE), PEDAL DE COMANDO, PEÇA DE MÃO, CABO DE ALIMENTAÇÃO E MALETA DE TRANSPORTE.	KIT	1
ENDOSCOPIÓ PARA ARTROSCOPIA, CONTENDO MINIMAMENTE: OTICA 4MM 30 GRAUS AUTOCLAVÁVEL E CAMISA PARA ARTROSCOPIA	KIT	1
KIT INSTRUMENTAIS PARA ARTROSCOPIA (ENDOSCÓPICAS), CONTENDO MINIMAMENTE: TESOURA, GRASPER, PROBE CURTO, PROBE LONGO, BASKET 15° DIREITA, BASKET 15° ESQUERDA E BASKET 15° RETO	KIT	1
TORRE DE VIDEO CIRURGIA, CONTENDO MINIMAMENTE: MONITOR LCD DE NO MÍNIMO 20", NOBREAK, FONTE DE LUZ ENDOSCÓPICA XENON 300W, CABO DE FIBRA ÓTICA PARA FONTE DE LUZ AUTOCLAVÁVEL NO MAXIMA A 135°C, MICROCAMERA MINIMO 988 3 CHIPS, ARMARIO CIRURGICO EM AÇO OU POLICARBONATO COM RODAS. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DA MICROCAMERA: SAÍDAS MÚLTIPLAS DIGITAL PURO - DVI - DIGITAL VISUAL INTERFACE - SDI - SERIAL DIGITAL INTERFACE - 1394 (FIREWIRE) - IEEE - SAÍDAS ANALÓGICAS: XGA, COMPOSTO, S-VIDEO, RGB CROSS-PLATFORM ESPECIALIDADE - A RESPOSTA A PADRONIZAÇÃO PARA OR DE HOJE COM VÁRIAS CONFIGURAÇÕES CIRÚRGICAS, INCLUINDO: - A ARTROSCOPIA, CISTOSCOPIA,	KIT	1

<p>LAPAROSCOPIA E TORACOSCOPIA. ALCANCE FLEXÍVEL FILTRO ELETRÔNICO - COMPATÍVEL COM TODOS OS ESCOPOS FLEXÍVEIS. ESPECIFICAÇÕES DO SISTEMA IMAGING 1/3 "TRANSFERÊNCIA INTERLINE, VISTA EX HAD CCD 752 (H) X582 (V) PIXELS SAÍDAS DE VÍDEO IMAGEM TÍPICA DO FABRICANTE PAL PADRÃO COMPOSITE 1.0V PP EM 75 OHMS BNC COAXIAIS-VHS COMPONENT Y-1.0V PP C-0.29V PP 4 PINOS S-VHS RGB (OU Y, BY, RY) COMPONENTE 1.0V PP EM 75 OHMS 8 PINOS DIN DIGITAL VISUAL INTERFACE (DVI) DIGITAL RESOLUÇÃO DE 1024X768 XGA 29-PIN DVI-I SERIAL DIGITAL INTERFACE (SDI) DIGITAL SMPTE 259M-BNC COAXIAL XGA ANALÓGICA RESOLUÇÃO 950 LINHAS SIGNAL TO NOISE RAÇÃO 72 DB MONTAGEM C-MOUNT / PADRÃO ILUMINAÇÃO MÍNIMA <1,0 LUX AUTO FAIXA DO OBTURADOR 1 / 50-1 / 50000 GAIN 4 NÍVEIS / 0-15 DB CONSUMO DE ENERGIA APROX. 30 W</p>		
<p>KIT INSTRUMENTAIS PARA LIGAMENTO, CONTENDO MINIMAMENTE: 1 ESTOJO EM POLIMERO GCB105, 1 ESTOJO EM POLIMERO GCB106, 1 STRIPPER RABO DE PORCO D 5,0, 1 STRIPPER RABO DE PORCO D 7,0, 1 TENDON STRIPPER 6,0 MM, 1 TENDON STRIPPER 7,0 MM, 1 TENDON STRIPPER 8,0 MM, 1 GUIA FEMORAL 11,0 MM, 1 GUIA FEMORAL 10,0 MM, 1 GUIA FEMORAL 9,0 MM, 1 GUIA FEMORAL 8,0 MM, 1 GUIA FEMORAL 7,0 MM, 1 GUIA FEMORAL 6,0 MM, 1 CANULA GRADUADA P/ GUIA DE LIGAMENTO ANATOMICO, 1 GUIA DE LIGAMENTO ANATOMICO-FEMORAL, 1 GUIA DE LIGAMENTO ANATOMICO-TIBIAL 65°, 1 GUIA DE LIGAMENTO ANATOMICO-TIBIAL 75°, 1 BROCA 3,5X40/350 RC, 2 FIO GUIA C/R.3,5X350, 2 FIO GUIA C/R.3,0X350, 2 FIO GUIA C/R.2,5X350, 1 FRESA CANULADA D11,0X200 MM, 1 FRESA CANULADA D10,0X200 MM, 1 FRESA CANULADA D9,0X200 MM, 1 FRESA CANULADA D8,0X200 MM, 1 FRESA CANULADA D8,0X200 MM, 1 FRESA CANULADA D7,0X200 MM, 1 FRESA CANULADA D6,0X200 MM, 1 FRESA CANUL DIAM.4,0X240, 1 BROCA CANUL DIAM.5X210, 1 BROCA INOX 4,5X40X150, 1 BROCA INOX 3,2X40X150, 1 BROCA INOX 2,0X40X150, 1 MEDIDOR DE PROFUNDIDADE- T 70 MM, 1 CANCHO PARA FIO FLEXÍVEL, 1 CHAVE HEX SW 4,5, CABO POLIACETAL, 1 CHAVE HEXAGONAL CANULADA SW 4,5-CABO DE POLIACARBONATO, 1 MACHO CORTICAL 4,5, 1 PINÇA MODELADORA, 1 IMPACTOR DE GRAMPO, 1 ARCO GUIA T.F M2, 1 EXTRATOR EM CABO T, 1 IMPACTOR DE ARRUELA, 1 GUIA SIMPLES (GRAND FRAG) 4,5- PEÇA, 1 CASQUILHO 3,2, 1 PROTETOR T.F, 1 MEDIDOR DE PROFUNDIDADE, 1 PEGADOR DE ENXERTO OSSEO, 1 MACHO ESPONJOSO 6,5, 1 SUPORTE 01 DE MESA TENDINOSO, 1 SUPORTE 02 DE MESA TENDINOSO, 1 ESCALA MEDIDORA, 1 MESA SEMITENDINOSO, 1 BROCA HELICOIDAL 6,0, 1 BROCA HELICOIDAL 10,0, 1 BROCA HELICOIDAL 11,0, 1 MARTELO INOX 250G, 1 CHAVE HEXAGONAL SW 3,5 MM, 1 CURETA PEQUENA, 1 FRESA CANULADA 9,0X200 MM, 4 FIO GUIA CALIBRADO DIAM. 2,5(4 FUIROS), 1 FRESA CANULADA D8,0X200 MM</p>	KIT	1

4. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. Os produtos médicos deverão ser entregues no **HOSPITAL REGIONAL DE BARRA DO CORDA**, das 08:00hs as 18:00hs, em dias uteis, de forma parcelada, mediante as Ordens de Fornecimento emitidas pela Empresa.

UNIDADE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
HOSPITAL REGIONAL DE BARRA DO CORDA	R. seis, 144, Barra do Corda, 65950-000	Barra do Corda/MA

4.2. O prazo de entrega dos materiais de 15 (quinze) dias úteis após recebimento da Ordem de Fornecimento, sempre acompanhado do respectivo documento fiscal, devidamente datado e assinado pela autoridade competente.

5. DA VALIDADE

5.1. Os materiais devem ter a validade mínima de 12(doze) meses, a contar da data de entrega, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

6.1. Os materiais devem ser entregues acompanhados da documentação fiscal, em duas vias, com especificação dos quantitativos, lotes e validade discriminados na nota fiscal. Os preços devem estar descritos em documento fiscal e especificados por preço unitário e total.

6.2. Todos os produtos deverão vir acompanhados de no mínimo 03(três) etiquetas para fixação obrigatória no prontuário clínico, no documento a ser entregue ao paciente, na sua documentação fiscal, nos moldes da RDC 14/2011.

6.3. A simples entrega dos materiais não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade, conforme abaixo descrito:

a) **Provisoriamente:** em 05 (cinco) dias úteis, mediante apresentação da entrega dos materiais médicos hospitalares, acompanhado da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial por técnico especializado indicado pela EMSERH e se identificada conformidade com as especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal será assinado.

b) **Definitivamente:** após verificação da qualidade e quantidade das ÓRTESES, PRÓTESES e MATERIAIS ESPECIAIS - OPME, e consequente aceitação que se dará em até 15 (quinze) dias úteis do recebimento provisório, e, se estiver de acordo com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada pelo técnico indicado pela contratante.

6.4. Não será aceito o fornecimento realizado em desacordo com o disposto no Termo de Referência, se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os materiais estão em desacordo com o especificado, os responsáveis da contratante notificarão a empresa fornecedora para que ela providencie a correção necessária.

6.5. Os materiais deverão estar em embalagens próprias, sem qualquer violação ou danificação, obedecendo aos respectivos prazos de validade, das marcas oferecidas.

6.6. Os materiais serão recebidos e aceitos após inspeção realizada pelo FISCAL DE CONTRATO ou pelo servidor encarregado pelo recebimento, podendo ser rejeitados caso não atendam ao quantitativo solicitado ou não estejam em perfeitas condições para a utilização.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. A Qualificação Técnica será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

d) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito publico ou privado, comprovando que o licitante já forneceu ou fornece materiais compatíveis com o objeto do certame, conforme especificações constantes neste Termo de Referência. O(s) Atestado(s) deverão ser impressos em papel timbrado constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo cargo/função. Para efeito de validação do referido atestado, o licitante poderá apresentar anexo ao atestado, copia autenticada do contrato celebrado com a referida instituição ou apresentação de Nota Fiscal evitando futuras diligencias;

- e) Alvará Sanitário ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal,** emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
- f) Autorização de Funcionamento de Empresa** (AFE – PRODUTOS PARA SAÚDE OU CORRELATOS), expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

8. DO TREINAMENTO

- 8.1.** A empresa Contratada deverá fornecer cursos e treinamentos práticos e teóricos, para médicos, residentes de medicina, enfermeiros e instrumentadores, visando o correto uso do material e a educação continuada sobre o uso dos mesmos, de acordo com o cronograma a ser estabelecido pela EMSERH.
- 8.2.** Os treinamentos serão realizados no HOSPITAL REGIONAL DE BARRA DO CORDA, durante o período de vigência contratual.
- 8.3.** Para todo treinamento será ser realizado um relatório com Ata de Registro de presença dos funcionários, cuja cópia ficará à disposição da Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização dos respectivos treinamentos.
- 8.4.** Os treinamentos deverão ser ministrados por Enfermeiro (as) qualificado para tal procedimento.
- 8.5.** A Contratada deverá apresentar um Plano Prévio de Treinamentos, com Cronograma e Pautas dos Treinamentos. O mesmo deverá ser analisado e aprovado pelo Fiscal de Contrato antes do início dos mesmos.
- 8.6.** Os treinamentos deverão ser realizados no mínimo 03 (três) vezes a cada Trimestre, de acordo com a necessidade da Unidade de Saúde e do Cronograma estabelecido pela CONTRATANTE.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 9.1.** A proposta deverá ser apresentada em linguagem clara e objetiva, sem erros linguísticos ou rasuras, de modo que haja a identificação da Contratada e que seja assinada por responsável legal ou por pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome da Contratada, **devendo conter os dados (nome completo, RG e CPF) da pessoa responsável pela assinatura do contrato.**
- 9.2.** A empresa deverá apresentar devidamente preenchida e assinada a Proposta de Preços.
- 9.3.** A apresentação da proposta implicará em plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo.
- 9.4.** A empresa contratada deverá considerar no valor total de sua proposta comercial todas as despesas diretas e indiretas para a execução dos serviços.
- 9.5.** As propostas deverão ser apresentadas discriminando os valores unitários e totais, sendo consideradas válidas as que forem apresentadas com valores até duas casas decimais. Para tanto, a empresa deverá considerar a quantidade estimada, conforme estimativa neste Termo.
- 9.6.** Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações contidas na planilha de custos e formação de preços não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto

para a contratada alterar a composição de seus preços unitários.

9.7. Na proposta deverá ter Descrição detalhada do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes do termo de Referência, com a indicação da unidade, quantidade, marca, tamanho e nome comercial do produto, fabricante/importador/distribuidor, procedência, indicação da forma de embalagem e número do Registro do Produto no Ministério da Saúde.

9.8. A depender do fabricante das órteses e próteses, a quantidade e modelos dos instrumentais e equipamentos poderão ser alteradas, no intuito de garantir o pleno uso das órteses e próteses.

9.9. Caso haja necessidade de alteração dos equipamentos e instrumentais cirúrgicos, deverá ser informado na proposta à devida alteração.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela Contratada.

10.2. Receber os materiais adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a Contratada entregar fora das especificações do Termo de Referência.

10.4. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação.

10.5. Efetuar o pagamento da Contratada no prazo determinado neste Termo de Referência.

10.6. Notificar à Contratada, por escrito, em caso de ocorrência de eventuais deficiências e/ou irregularidades, para tomar todas as providências para a correção, no prazo máximo de **48 (QUARENTA E OITO) HORAS**, a contar da data da solicitação.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A empresa deverá corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente às suas custas e riscos, todo ou em parte, os OPME'S e os respectivos equipamentos e instrumentais cirúrgicos em comodato, num prazo máximo de 48 horas, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições, decorrente de culpa da empresa fornecedora ou fabricante, bem como em que se verifiquem danos em decorrência de transporte.

11.2. A empresa deverá identificar todos os equipamentos e instrumentais cirúrgicos em comodato.

11.3. A empresa deverá substituir, sem ônus para a EMSERH, no caso de qualquer defeito nos OPME'S, equipamentos e instrumentais cirúrgicos em comodato.

11.4. Fornecer todos os materiais necessários e em quantidades suficientes para a execução de todo o processo, com treinamento e validação dos equipamentos, sem ônus para a Contratante.

11.5. Após o uso dos OPME'S, a reposição deverá ser feita pela CONTRATADA em, no máximo, 48hs.

11.6.A empresa deverá disponibilizar um funcionário treinado para controle e reposição dos materiais e instrumentais. Deverá dar suporte técnico 24h, em tempo integral.

11.7.Fornecer os materiais em conformidade com o descritivo de acordo com as Normas Técnicas vigentes e com as especificações técnicas, em perfeitas condições, em conformidade com o prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90(Código de Defesa do Consumidor).

11.8.Providenciar a correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante no prazo máximo de 48 horas, a contar da data da solicitação.

11.9.Arcar com todas as despesas, tributos, obrigações trabalhistas, previdenciárias, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros custos diretos e indiretos que incidam ou venham incidir sobre os produtos ofertados.

11.10.Comunicar à Administração, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, que antecedem a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação. Ocasão em que poderá solicitar a dilação do prazo para a entrega dos materiais de Órteses e Próteses e Materiais Especiais – OPME.

11.11.Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.12.Caberá à Contratada proceder com os treinamentos previstos no Item 8.

11.13.Indicação do Responsável Técnico que deverá ser registrado no Conselho competente, vigente e certidão negativa, com a devida comprovação do vínculo profissional, que poderá ser comprovado por meio da apresentação do contrato social (se sócio), ou da carteira de trabalho, ou do contrato de prestação de serviço, ou ficha de registro de empregado, ou outro documento correspondente.

11.14.Indicar Enfermeiro Responsável para o treinamento, que deverá ser registrado no conselho competente (COREN), vigente e certidão negativa, com a devida comprovação de vínculo do profissional com a empresa, sendo esse vínculo comprovado por meio de contrato social (se sócio), ou da carteira de trabalho, ou do contrato de prestação de serviços, ou ficha de registro de empregado, ou outro documento correspondente.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1.As despesas decorrentes dessa contratação estarão submetidas à dotação orçamentária prevista para atendimento da presente finalidade, a ser informada pela EMSERH.

13. DO PAGAMENTO

13.1.Após receber a Ordem de Fornecimento da Contratante, a Contratada emitirá uma Nota Fiscal de Simples Remessa de Material Consignado, para entregar os OPME's na unidade.

13.2.Após o uso dos OPME'S deverá ser preenchido corretamente do CONTROLE DE OPME, padronizado da EMSERH, para cada paciente, com todas as etiquetas referentes aos produtos utilizados.

13.3.O Controle de OPME deverá ser assinado e carimbado pelo cirurgião principal do procedimento.

13.4.Após atesto médico, o Controle de OPME será enviado ao fiscal de contrato, para o mesmo emitir o Relatório de Consumo de OPME e enviar à CONTRATADA.

13.5.Em posse do Relatório de Consumo de OPME atestado pelo Fiscal de Contrato, a Contratada faturará a Nota Fiscal de Venda, contendo as seguintes informações: Hospital, Nome do Paciente, Nome do Cirurgião Principal e Data do Procedimento.

13.6.Para dar prosseguimento à Solicitação de Pagamento, para cada Nota Fiscal (atestada pelo fiscal de contrato) deverá conter no processo o Controle de OPME e o Relatório de Consumo de OPME.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1.É expressamente proibida a Subcontratação total ou parcial deste objeto.

14.2.A subcontratação de contratos firmados entre a Administração Pública e a empresa privada se trata de uma forma de possibilitar que se ofereça e execute serviços mais especializados que constituam pequena parte do objeto do contrato. São vedadas subcontratações que constituam o objeto fim da contratação.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1.O prazo de vigência deste Contrato é de **12 (doze) meses** a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, por interesse das partes, desde que autorizado formalmente pela autoridade competente.

16. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1.A Gerência de Serviços em Saúde da EMSERH indicará um fiscal que deverá acompanhar e fiscalizar a conformidade do objeto de acordo com as especificações técnicas e quantidades contidas neste Termo de Referência, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um servidor designado, na forma do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1.Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

17.2.As condições estabelecidas neste documento farão parte do contrato e do edital da licitação, visando à prestação dos serviços, independentemente de estarem nele transcritas.

LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 001/2024 – CL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48.717/2023- EMSERH

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao
Agente de Licitação da EMSERH

LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 001/2024 – CL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48.717/2023– EMSERH

OBJETO: AQUISIÇÃO CONSIGNADA DE OPME - ÓRTESES PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (CIRURGIAS ORTOPÉDICAS), para atender as necessidades do HOSPITAL GERAL DE BARRA DO CORDA, administrado pela EMSERH.

Prezado Senhor,

A empresa (____razão social do licitante____) com endereço na _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ vem, pelo seu representante legal infra-assinado, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF Nº _____, vem apresentar proposta comercial relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma.

Propomos o Valor Total de **R\$ _____ (_____)**, para o fornecimento do objeto desta licitação, conforme demonstrativo abaixo:

LOTE 01 (AMPLA CONCORRENCIA)						
ITEM	DESCRIÇÃO	SUS/SIGTAP	UND	QNT	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	ANCORA	07.02.03.002-3	UND	3	R\$ 327,00	R\$ 981,00
2	ARRUELA DENTADA	07.02.03.003-1	UND	5	R\$ 41,06	R\$ 205,30
3	ARRUELA LISA	07.02.03.004-0	UND	50	R\$ 7,48	R\$ 374,00
4	CIMENTO C/ ANTIBIOTICO	07.02.03.008-2	UND	5	R\$ 89,14	R\$ 445,70
5	CIMENTO S/ ANTIBIOTICO	07.02.03.138-0	UND	30	R\$ 54,00	R\$ 1.620,00
6	COMPONENTE CEFALICO / POLIETILENO / METAL P/ HEMIARTROPLASTIA BIPOLAR / METALICO P/ HEMIARTROPLASIA MONOPOLAR	07.02.03.012-0	UND	20	R\$ 1.008,00	R\$ 20.160,00
7	FIO DE KIRSCHNER	07.02.03.134-8	UND	200	R\$ 11,68	R\$ 2.336,00
8	FIO MALEÁVEL DE CERCLAGEM DE TITÂNIO PARA COLUNA, MATAFISE E DIAFISE	07.02.05.019-9	UND	10	R\$ 125,00	R\$ 1.250,00
9	FIO TIPO STEINMAN LISO	07.02.05.079-2	UND	200	R\$ 14,50	R\$ 2.900,00
10	FIO TIPO STEINMAN ROSQUEADO	07.02.03.033-3	UND	10	R\$ 14,07	R\$ 140,70

11	FIXADOR EXTERNO C/SISTEMA DE CORREÇÃO ANGULAR E/OU ROTACIONAL	07.02.03.036-8	UND	20	R\$ 1.030,00	R\$ 20.600,00
12	FIXADOR EXTERNO CIRCULAR/SEMI-CIRCULAR	07.02.03.038-4	UND	20	R\$ 900,00	R\$ 18.000,00
13	FIXADOR EXTERNO LINEAR	07.02.03.040-6	UND	100	R\$ 500,00	R\$ 50.000,00
14	FIXADOR EXTERNO PARA PUNHO	07.02.03.041-4	UND	10	R\$ 500,00	R\$ 5.000,00
15	FIXADOR EXTERNO TIPO PLATAFORMA - SISTEMA DE ALONGAMENTO / TRANSPLANTE OSSEO	07.02.03.042-2	UND	20	R\$ 900,00	R\$ 18.000,00
16	HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA DE FEMUR (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.051-1	UND	20	R\$ 936,58	R\$ 18.731,60
17	HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA DE TIBIA (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.052-0	UND	20	R\$ 1.096,39	R\$ 21.927,80
18	MINI-FIXADOR EXTERNO	07.02.03.060-0	UND	20	R\$ 680,50	R\$ 13.610,00
19	PARAFUSO CANULADO 7,0 MM	07.02.03.064-3	UND	20	R\$ 90,00	R\$ 1.800,00
20	PARAFUSO CORTICAL 3,5 MM	07.02.03.069-4	UND	250	R\$ 15,00	R\$ 3.750,00
21	PARAFUSO CORTICAL 4,5 MM	07.02.03.070-8	UND	250	R\$ 18,05	R\$ 4.512,50
22	PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 MM	07.02.03.072-4	UND	20	R\$ 27,71	R\$ 554,20
23	PARAFUSO ESPONJOSO 6,5 MM	07.02.03.073-2	UND	20	R\$ 27,71	R\$ 554,20
24	PARAFUSO MALEOLAR	07.02.03.074-0	UND	100	R\$ 21,51	R\$ 2.151,00
25	PARAFUSO P/ COMPONENTE ACETABULAR	07.02.03.076-7	UND	50	R\$ 109,67	R\$ 5.483,50
26	PINO DE SHANTZ	07.02.03.080-5	UND	100	R\$ 28,45	R\$ 2.845,00
27	PLACA 1/3 TUBULAR 3,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.083-0	UND	30	R\$ 148,40	R\$ 4.452,00
28	PLACA C/ PARAFUSO DESLIZANTE DE 135 OU 150 GRAUS (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.081-3	UND	30	R\$ 764,34	R\$ 22.930,20
29	PLACA C/ PARAFUSO DESLIZANTE DE 95 GRAUS (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.082-1	UND	30	R\$ 686,00	R\$ 20.580,00
30	PLACA DE COMPRESSAO DINAMICA 3,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.089-9	UND	30	R\$ 182,00	R\$ 5.460,00
31	PLACA DE COMPRESSAO DINAMICA 4,5 MM ESTREITA (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.090-2	UND	30	R\$ 235,88	R\$ 7.076,40
32	PLACA DE COMPRESSAO DINAMICA 4,5 MM LARGA (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.091-0	UND	30	R\$ 296,13	R\$ 8.883,90
33	PLACA DE RECONSTRUÇÃO 3,5MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.092-9	UND	50	R\$ 299,90	R\$ 14.995,00
34	PLACA EM L 4,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.097-0	UND	30	R\$ 288,71	R\$ 8.661,30
35	PLACA EM T 3,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.099-6	UND	30	R\$ 275,00	R\$ 8.250,00
36	PLACA EM T 4,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.100-3	UND	30	R\$ 326,00	R\$ 9.780,00
37	PLACA P/ CALCANEIO (INCLUI PARAFUSO)	07.02.03.104-6	UND	20	R\$ 316,00	R\$ 6.320,00
38	PROTESE DE CABECA DE RADIO	07.02.03.112-7	UND	20	R\$ 666,67	R\$ 13.333,40
39	RESTRITOR DE CIMENTO FEMORAL/UMERAL	07.02.03.125-9	UND	20	R\$ 28,80	R\$ 576,00
40	COMPONENTE TIBIAL PRIMARIO DE POLIETILENO	07.02.03.027-9	UND	30	R\$ 349,00	R\$ 10.470,00
41	COMPONENTE TIBIAL PRIMARIO METALICO CIMENTADO / FIXACAO BIOLOGICA	07.02.03.028-7	UND	20	R\$ 800,00	R\$ 16.000,00

42	COMPONENTE ACETABULAR DE POLIETILENO P/ COMPONENTE METÁLICO PRIMÁRIO	07.02.03.059-7	UND	30	R\$ 282,87	R\$ 8.486,10
43	PLACA DE RECONSTRUÇÃO 4,5MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.093-7	UND	20	R\$ 325,00	R\$ 6.500,00
44	PRÓTESE PARCIAL DE QUADRIL CIMENTADA MONOBLOCO (TIPO THOMPSON)	07.02.03.122-4	UND	10	R\$ 550,00	R\$ 5.500,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01						R\$ 396.186,80

LOTE 02 (Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 7º da Lei Estadual nº 10.403/2015)						
ITEM	DESCRIÇÃO	SUS/SIGTAP	UND	QNT	VLR UNIT	VALOR TOTAL
1	PARAFUSO DE INTERFERÊNCIA DE TITÂNIO	07.02.03.071-6	UND	100	R\$ 486,29	R\$ 48.629,00
2	CÂNULA DE DEBRIDAÇÃO PARA TECIDO CARTILAGINOSO	---	UND	50	R\$ 450,00	R\$ 22.500,00
3	EQUIPO DE IRRIGAÇÃO GRAVITACIONAL 04 VIAS PARA UROLOGIA E ARTROSCOPIA COM CORTA FLUXO E TAMPAS	---	UND	50	R\$ 65,44	R\$ 3.272,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02						R\$ 74.401,00

Prazo de Validade da Proposta: não inferior a 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data da abertura do certame.

Prazo de entrega: Informe o prazo conforme Termo de referência. Anexo I

Local de entrega: Informe o prazo conforme Termo de referência. Anexo I

Prazo de validade dos produtos: Informe o prazo conforme Termo de referência. Anexo I

Nome completo do responsável pela assinatura do Contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

Dados Bancários: Banco XXXXXXXX, Agência nº XXXXX e Conta Corrente nº XX.XXX-XX.

Contatos: telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail).

Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Licitação Eletrônica.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura e a devida identificação e qualificação)

Obs.: Modelo de proposta a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.

LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 001/2024 – CL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48.717/2023- EMSERH

ANEXO III

DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

Ao
Agente de Licitação da EMSERH

Ref.: LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 001/2024 – CL/EMSERH
Processo Administrativo nº 48.717/2023– EMSERH

A empresa (**razão social do licitante**) com endereço na _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ vem, pelo seu representante legal infra-assinado, _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF Nº _____:

- Declarar, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que não emprega menores com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesesseis) anos.

Caso empregue menor na condição de “menor aprendiz” preencher a ressalva o campo abaixo:

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

- Declarar sob as penalidades da Lei o cumprimento ao disposto no art. 60, §2º, alínea “c” do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, em conformidade com o Edital, que cumpre plenamente os requisitos para Habilitação na licitação em referência, estando, portanto, apto a participar do certame licitatório;
- Declarar sob as penas da lei e do art. 60, §2º, VIII, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, perante Vossa Senhoria, comprovar a exequibilidade dos preços constantes em sua proposta, nos termos do Edital;
- Declarar sob as penas da lei, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso art. 60, § 2º, inciso I, alínea “d” do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH;
- Declarar que a licitante é ENQUADRADA como:
 - Microempreendedor Individual (MEI);
 - Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 14 da Lei Estadual nº 10.403/2015;

- Cooperativa (COOP), somente as de consumo, em conformidade com o art. 3º, § 4º, inciso VI da Lei Complementar nº 123/2006;
- Normal.
- Declarar que o REGIME TRIBUTÁRIO da licitante é:
- Simples Nacional;
- Lucro Real;
- Lucro Presumido;
- Outro:_____.
- Declarar, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório em referência, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente. Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA. Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente;
- Declarar que a licitante (Pessoa Jurídica) possui como Sócio(s) Majoritário(s) o(s) Sr(s). _____, inscrito sob o CPF nº _____.
- **Declaramos ter ciência, que a prestação de declaração falsa ou indevida neste certame ensejará a desclassificação / inabilitação da licitante.**
- Declaramos, ainda, estar ciente das SANÇÕES que poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura e a devida identificação e qualificação).

Obs.: Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.

LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 001/2024 – CL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48.717/2023- EMSERH

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/20__ - GGC/EMSERH
PROCESSO Nº 48717/2023- EMSERH

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS
HOSPITALARES - EMSERH E A EMPRESA

_____.

CONTRATANTE: EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH, Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, criada pela Lei Estadual nº 9.732, de 19 de dezembro de 2012, estabelecida nesta Capital do Estado do Maranhão, na Av. Borborema, Qd. nº 16, Casa nº 25, Calhau – CEP: 65.071-360, inscrita no CNPJ sob o nº 18.519.709/0001-63, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. MARCELLO APOLONIO DUAILIBE BARROS, brasileiro, funcionário público, matrícula nº 11.748, inscrito no CPF sob nº 976.615.203-97 e portador da Cédula de Identidade nº 156623620004 (GEJUSC-MA) e pela Diretora Administrativa, a Sra. LETÍCIA HELENA DO VALE FAÇANHA, brasileira, funcionária pública, matrícula nº 7.313, inscrita no CPF sob nº 026.470.503-33 e portadora da Cédula de Identidade nº 120015299-6 (SSP/MA), ambos residentes e domiciliados nesta Capital.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____, sediada à Rua _____, CEP.: _____ neste ato representada pelo Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito (a) no CPF sob o nº _____.

Os **CONTRATANTES** têm entre si justo e avençado, resolvem celebrar o presente Contrato, instruído no Processo nº 48717/2023-EMSERH com fundamento na modalidade _____, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 Este Contrato tem por objeto, a contratação de empresa especializada em aquisição consignada de **OPME - ÓRTESES PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (CIRURGIAS ORTOPÉDICAS)**, para atender as necessidades da unidade **HOSPITAL GERAL DE BARRA DO CORDA**, administradas pela EMSERH, conforme Termo de Referência e proposta adequada apresentada pela Empresa Contratada (anexa), partes integrantes deste Contrato,

independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

2.1 A Contratada deverá executar o presente contrato de acordo com as especificações da proposta apresentada **em anexo**, no que tange às suas características, atualizações e padrões de qualidade, sob pena de rescisão contratual e penalidades cabíveis, devendo seguir as especificações e quantitativos homologados;

2.2 A empresa deverá manter OBRIGATORIAMENTE na C.M.E. e no Centro Cirúrgico da unidade TODOS os itens discriminados no Termo de Referência, em regime de CONSIGNAÇÃO bem como comodato de TODOS EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS necessários a sua plena utilização, sem nenhum custo adicional para contratante. Os EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS deverão ser novos, ou em excelente estado de conservação, em caixas apropriadas e específicas para cada tipo de cirurgia, com reposição dos materiais utilizados, mediante solicitação da unidade, em até 48hs;

2.3 A empresa deverá corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente às suas custas e riscos, todo ou em parte, os OPME'S e os respectivos EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS EM COMODATO, num prazo máximo de 48 horas, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições, decorrente de culpa da empresa fornecedora ou fabricante, bem como em que se verifiquem danos em decorrência de transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O valor total deste Contrato é de **R\$ _____ (_____)**, incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 A vigência desta contratação será de **12 (doze) meses**, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, na forma do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, por interesse das partes, desde que autorizado formalmente pela autoridade competente.

CLÁUSULA QUINTA – DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

5.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte disponibilidade financeira: Unidade Orçamentaria: _____; Unidade: _____; Despesa: _____.

CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 Do Local e condições de entrega

6.1.1. Os produtos médicos deverão ser entregues no **HOSPITAL REGIONAL DE BARRA DO CORDA**, das 08:00hs as 18:00hs, em dias uteis, de forma parcelada, mediante as Ordens de Fornecimento emitidas pela Empresa.

6.1.2. Os materiais deverão ser entregues no endereço abaixo:

UNIDADE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
HOSPITAL REGIONAL DE BARRA DO CORDA	Rua Seis, 144, Barra do Corda – MA, CEP.: 65950-000	Barra do Corda – MA

6.1.3. O prazo de entrega dos materiais de 15 (quinze) dias úteis após recebimento da Ordem de Fornecimento, sempre acompanhado do respectivo documento fiscal, devidamente datado e assinado pela autoridade competente.

6.2 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

6.2.1 Os materiais devem ser entregues acompanhados da documentação fiscal, em duas vias, com especificação dos quantitativos, lotes e validade discriminados na nota fiscal. Os preços devem estar descritos em documento fiscal e especificados por preço unitário e total.

6.2.2 Todos os produtos deverão vir acompanhados de no mínimo 03 (três) etiquetas para fixação obrigatória no prontuário clínico, no documento a ser entregue ao paciente, na sua documentação fiscal, nos moldes da RDC 14/2011.

6.2.3 A simples entrega dos materiais não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade, conforme abaixo descrito:

a) Provisoriamente: em **05 (cinco) dias úteis**, mediante apresentação da entrega dos materiais médicos hospitalares, acompanhado da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial por técnico especializado indicado pela EMSERH e se identificada conformidade com as especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal será assinado.

b) Definitivamente: após verificação da qualidade e quantidade das ÓRTESES, PRÓTESES e MATERIAIS ESPECIAIS - OPME, e consequente aceitação que se dará em até **15 (quinze) dias úteis** do recebimento provisório, e, se estiver de acordo com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada pelo técnico indicado pela contratante.

6.2.4 Não será aceito o fornecimento realizado em desacordo com o disposto no Termo de Referência, se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os materiais estão em desacordo com o especificado, os responsáveis da contratante notificarão a empresa fornecedora para que ela providencie a correção necessária.

6.2.5 Os materiais deverão estar em embalagens próprias, sem qualquer violação ou danificação, obedecendo aos respectivos prazos de validade, das marcas oferecidas.

6.2.6 Os materiais serão recebidos e aceitos após inspeção realizada pelo FISCAL DE CONTRATO ou pelo servidor encarregado pelo recebimento, podendo ser rejeitados caso não atendam ao quantitativo solicitado ou não estejam em perfeitas condições para a utilização.

6.3 DA VALIDADE

6.3.1 Os materiais devem ter a **validade mínima de 12 (doze) meses**, a contar da data de entrega, conforme estabelecido neste contrato.

6.4 DOS TREINAMENTOS

6.4.1 A empresa Contratada deverá fornecer cursos e treinamentos práticos e teóricos, para médicos, residentes de medicina, enfermeiros e instrumentadores, visando o correto uso do material e a educação continuada sobre o uso dos mesmos, de acordo com o cronograma a ser estabelecido pela EMSERH.

6.4.2 Os treinamentos serão realizados no **HOSPITAL REGIONAL DE BARRA DO CORDA**, durante o período de vigência contratual.

6.4.3 Para todo treinamento deverá ser realizado um relatório com Ata de Registro de presença dos funcionários, cuja cópia ficará à disposição da Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização dos respectivos treinamentos.

6.4.4 Os treinamentos deverão ser ministrados por Enfermeiro(as) qualificado para tal procedimento.

6.4.5 A Contratada deverá apresentar um Plano Prévio de Treinamentos, com Cronograma e Pautas dos Treinamentos. O mesmo deverá ser analisado e aprovado pelo Fiscal de Contrato antes do início dos mesmos.

6.4.6 Os treinamentos deverão ser realizados no mínimo 03 (três) vezes a cada Trimestre, de acordo com a necessidade da Unidade de Saúde e do Cronograma estabelecido pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela contratada;

7.2 Receber o objeto deste contrato, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas;

7.3 Rejeitar, no todo ou em parte, o que estiver fora das especificações deste Contrato;

7.4 Efetuar o pagamento da contratada no prazo determinado neste Contrato;

7.5 Notificar à contratada, por escrito, em caso de ocorrência de eventuais deficiências e/ou irregularidades, para tomar todas as providências para a correção, **no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas**, a contar da data da solicitação;

7.6 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Comunicar à contratante a existência de qualquer anormalidade que notar referente ao objeto do contrato;

8.2 A empresa deverá corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente às suas custas e riscos, todo ou em parte, os OPME'S e os respectivos equipamentos e instrumentais cirúrgicos em comodato, num prazo máximo de 48 horas, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições, decorrente de culpa da empresa fornecedora ou fabricante, bem como em que se verifiquem danos em decorrência de transporte.

8.3 A empresa deverá identificar todos os equipamentos e instrumentais cirúrgicos em comodato;

8.3 A empresa deverá substituir, **sem ônus para a EMSERH**, no caso de qualquer defeito nos OPME'S, equipamentos e instrumentais cirúrgicos em comodato.

8.4 Fornecer os materiais em conformidade com o descritivo de acordo com as Normas Técnicas vigentes e com as especificações técnicas, em perfeitas condições, em conformidade com o prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90(Código de Defesa do Consumidor).

8.5 Providenciar a correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante no prazo máximo de 48 horas, a contar da data da solicitação;

8.6 Arcar com todas as despesas, tributos, obrigações trabalhistas, previdenciárias, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros custos diretos e indiretos que incidam ou venham incidir sobre os produtos ofertados;

8.7 Comunicar à Administração, **no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, que antecedem a data de entrega**, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação. Ocasão em que poderá solicitar a dilação do prazo para a entrega dos materiais de Órteses e Próteses e Materiais Especiais-OPME.

8.8 Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.9 Caberá à Contratada proceder com os treinamentos previstos no Item 8 do Termo de Referência;

8.10 Indicação do Responsável Técnico que deverá ser registrado no Conselho competente, vigente e certidão negativa, com a devida comprovação do vínculo profissional, que poderá ser comprovado por meio da apresentação do contrato social (se sócio), ou da carteira de trabalho, ou do contrato de prestação de serviço, ou ficha de registro de empregado, ou outro documento correspondente;

8.11 Indicar Enfermeiro Responsável para o treinamento, que deverá ser registrado no conselho competente (COREN), vigente e certidão negativa, com a devida comprovação de vínculo do profissional com a empresa, sendo esse vínculo comprovado por meio de contrato social (se sócio), ou da carteira de trabalho, ou do contrato de prestação de serviços, ou ficha de registro de empregado, ou outro documento correspondente;

8.15 Acatar todas as orientações do setor competente indicado pela contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo aos questionamentos formulados;

8.16 A fiscalização da contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta;

8.17 A Contratada deverá pautar sua atuação, referente à execução do objeto deste contrato, nas diretrizes organizacionais da EMSERH que descreve sua missão, visão e valores, conforme publicado em seu website <http://www.emserh.ma.gov.br>, **com vistas a contribuir para a qualidade e eficiência no âmbito da Política Estadual de Saúde do Maranhão**. É obrigatório que a contratada tome ciência e oriente seus empregados em manterem comportamento coerente com essas diretrizes;

8.18 A CONTRATADA deverá se abster de permitir ou tolerar que seus empregados e trabalhadores prestadores de serviço sejam expostos, direta ou indiretamente, às situações caracterizadoras de assédio moral (situações humilhantes e constrangedoras, decorrentes ou não de discriminação, repetitivas e prolongadas durante jornada de trabalho e no exercício de suas funções).

CLÁUSULA NONA – FISCAL DE CONTRATO

9.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado pela EMSERH, que será designado como fiscal pela CONTRATANTE, para exercer essa atribuição em conformidade com os dispositivos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH que forem aplicáveis, bem como com o Manual do Fiscal de Contratos/EMSERH.

9.2 Os servidores designados como fiscais de contrato serão distribuídos entre:

9.2.1 FISCAL ADMINISTRATIVO, que:

a) desempenhará atividade de supervisão administrativa do contrato, repassando as informações da execução para os setores da EMSERH envolvidos na fiscalização. Preferencialmente, possuirá conhecimentos técnicos compatíveis com o objeto da contratação e será ligado ao setor solicitante da contratação. Serão nomeados: fiscal administrativo titular e suplente;

b) emitirá Ordem de Serviço/Fornecimento, dando ciência ao representante da empresa (preposto) sobre as condições de entrega, quantidades e qualidades, sempre por ato formal. Também será responsável pela emissão dos demais instrumentos necessários à comunicação entre as partes, viabilizando a regularidade do fluxo de informações que servirão para compor o Relatório de Acompanhamento e Fiscalização de Contratos.

9.2.2 FISCAL TÉCNICO, que acompanhará diretamente a execução do contrato. Esse fiscal também terá, preferencialmente, conhecimento técnico acerca do objeto contratado, caso isso seja necessário ao pleno exercício da fiscalização. Serão nomeados: fiscal técnico titular e suplente.

9.3 Todos os Fiscais terão prerrogativas e atribuições para exercer, como representantes da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1 Caberá, objetivando restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 Os pagamentos se darão de forma parcelada, de acordo com a efetiva demanda requisitada pela EMSERH, sendo realizados em até **30 (trinta) dias úteis** após a apresentação da nota fiscal ou fatura (devidamente atestada pelo fiscal do contrato) e demais documentos previstos neste contrato e nos atos normativos aplicáveis à contratação, conforme estabelecido no **Edital da licitação**.

11.2 A correta apresentação da nota fiscal ou fatura para pagamento, acompanhada de todos os documentos previstos neste contrato e no(s) ato(s) administrativo(s) correspondente(s) é uma obrigação da Contratada.

11.3 A emissão da nota fiscal obedecerá às normas fiscais, conforme legislação vigente aplicável ao objeto do contrato e só será apresentada para pagamento após o recebimento definitivo do(s) produto(s) pelo fiscal do contrato.

11.4 A apresentação da nota fiscal ou fatura dar-se-á no Setor de Protocolo da EMSERH, devendo corresponder ao(s) produto(s) fornecido(s) e certificado(s) pelo fiscal do contrato.

11.5 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto", pelo fiscal do contrato, na nota fiscal ou fatura apresentada pela Contratada, observadas todas as normas contratuais e administrativas vigentes no âmbito da EMSERH.

11.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes ao pagamento, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, desde que o fato se dê por culpa da Contratada, o prazo para pagamento será prorrogado, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.7 O pagamento estará condicionado à inexistência de pendências da Contratada no Cadastro Estadual de Inadimplentes do Estado do Maranhão – CEI, nos termos da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

11.8 O pagamento será feito por meio de depósito em conta corrente da Contratada, em instituição bancária por ela indicada, observadas as condições propostas e aceitas pela EMSERH.

11.9 O pagamento se dará por meio do Banco [XXXX], Agência [XXXX] e Conta [XXXXX].

11.10 Antes de cada pagamento à Contratada será realizada consulta à sua regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no **Edital de Licitação**. A consulta observará ao disposto na Portaria nº 371/2023 – GAB/EMSERH, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 14/06/2023 (ou no ato normativo que vier a substituí-la), em seu caderno executivo, devendo a Contratada apresentar na EMSERH os documentos abaixo relacionados:

11.10.1 Solicitação da Contratada, contendo os dados bancários para pagamento;

11.10.2 Nota Fiscal Eletrônica ou Fatura atestada pelo Fiscal Técnico do Contrato, contendo assinatura e data do atesto;

11.11 No campo das observações, inserir o número do contrato, da Ordem de Fornecimento e nome da Unidade de Saúde.

11.11.1 Cópia da Ordem de Fornecimento;

11.11.2 Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;

11.11.3 Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

11.11.4 Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

11.11.5 Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa Estadual;

11.11.6 Consulta optante Simples Nacional emitida nos últimos 90 (noventa) dias;

11.11.7 Cadastro Estadual de Inadimplente - CEI;

11.12 Em casos de empresas sediadas no Estado do Maranhão, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade, ou compatível com o objeto contratual;

11.13 Cópia do Contrato e das Publicações do Extrato do Contrato e da Portaria do (s) Fiscais do Contrato no Diário Oficial do Estado (quando houver);

11.14 Cópia(s) do(s) Termo(s) Aditivo(s) - quando houver - e das Publicações do(s) Extrato(s) do(s) Termo(s) Aditivo(s) no Diário Oficial do Estado;

11.15 Cópia do(s) Termo(s) de Apostilamento(s) - quando houver;

11.16 Cópia da proposta comercial detalhada;

11.17 Os documentos mencionados nos itens 11.11.2 a 11.11.4 podem ser substituídos, total ou parcialmente, por Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), desde que obedecido o disposto no art. 4.º do Decreto n.º 3.722/2001.

11.18 Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

11.19 A Contratante efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, contribuições sociais e parafiscais, quando a legislação assim exigir.

11.20 A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

11.21 A inadimplência da Contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à EMSERH a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

11.22 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

11.23 Após receber a Ordem de Fornecimento da Contratante, a Contratada emitirá uma Nota Fiscal de Simples Remessa de Material Consignado, para entregar os OPME's na unidade.

11.24 Após o uso dos OPME'S deverá ser preenchido corretamente do CONTROLE DE OPME, padronizado da EMSERH, para cada paciente, com todas as etiquetas referentes aos produtos utilizados.

11.25 O Controle de OPME deverá ser assinado e carimbado pelo cirurgião principal do procedimento.

11.26 Após atesto médico, o Controle de OPME será enviado ao fiscal de contrato, para o mesmo emitir o Relatório de Consumo de OPME e enviar à CONTRATADA.

11.27 Em posse do Relatório de Consumo de OPME atestado pelo Fiscal de Contrato, a Contratada faturará a Nota Fiscal de Venda, contendo as seguintes informações: Hospital, Nome do Paciente, Nome do Cirurgião Principal e Data do Procedimento.

11.28 Para dar prosseguimento à Solicitação de Pagamento, para cada Nota Fiscal (atestada pelo fiscal de contrato) deverá conter no processo o Controle de OPME e o Relatório de Consumo de OPME.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO

12.1 Caberá revisão nos preços contratados para mais ou para menos, conforme o caso, quando houver criação, alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

13.1 Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações, em relação ao objeto contratado, a CONTRATANTE poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, cabível nas hipóteses nas quais o descumprimento contratual não cause prejuízo, em qualquer esfera, à EMSERH, e que não seja ensejadora de outra penalidade;

b) Multa de até 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do Contrato, no caso da CONTRATADA não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Ordem de Fornecimento, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.2 A multa a que alude o subitem anterior não impede que a EMSERH rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas no Regulamento Interno de Licitação e Contratos da EMSERH;

13.3 As sanções previstas alíneas "a" e "c" do subitem desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b", do mesmo subitem, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis;

13.4 A sanção prevista na alínea "c", do item 13.1 deve ser dosada de acordo com o tamanho do prejuízo provocado, e deve ser graduada em branda: 01 (um) a 06 (seis) meses de duração, média: 07 (sete) a 12 (doze) meses de duração e grave: 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) meses de duração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

14.1 A CONTRATADA poderá aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

PARAGRAFO ÚNICO - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA MATRIZ DE RISCOS

15.1 De acordo com a natureza e as características do objeto do contrato, para o qual é **facultativa** a elaboração de matriz de riscos, tal instrumento não integrará a presente relação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTE

16.1 É admitido o reajustamento dos preços dos contratos, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses;

16.2 Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, sendo observada atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

16.3 Os valores dos insumos pactuados somente poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação da proposta;

16.4 Decorrido o prazo estipulado, após solicitação expressa da contratada, será aplicado o índice **IGPM**, conforme Portaria nº 352/2022/GAB/EMSERH, de 1º de Julho de 2022, que dispõe;

I – Nas contratações em que o objeto se tratar de **Fornecimento ou Aluguéis**, será aplicado o **Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM**.

16.5 O cálculo do índice atualizará os preços conforme a variação dos últimos 12 (doze) meses, tendo por marco inicial a data limite para apresentação da proposta;

16.6 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data do último reajuste;

16.7 A prorrogação contratual sem prévio pedido de reajuste ratifica todas as cláusulas contratuais, operando-se a preclusão lógica quanto a eventuais pleitos de atualização de preços;

16.8 O reajuste de preços dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a EMSERH, das condições e dos preços contratados;

16.9 Os reajustes serão formalizados por meio de Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizados por aditamento;

16.10 O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1 Constituem motivo para rescisão do contrato, por sua inexecução total ou parcial, desde que de maneira motivada, os seguintes casos:

I - de forma unilateral, após decisão transitada em julgado em processo administrativo onde será garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo assegurados eventuais direitos ao contratado;

II - por acordo entre as partes, desde que conveniente a ambos e não gere prejuízo à EMSERH;

III - por determinação judicial.

Parágrafo único: Constituem motivos para a rescisão contratual, de forma unilateral, dentre outros:

I – o não cumprimento, total ou parcial, das especificações referentes à execução contratual, ou o seu cumprimento irregular;

II – a desobediência dos prazos de execução, inclusive os referentes ao seu início;

III – a suspensão da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação por parte da Contratada;

IV – nas situações que tornam a relação contratual inviável ou indesejável, desde que resultantes de caso fortuito ou força maior, regularmente demonstrado em processo administrativo;

V – subcontratação, cessão ou transferência do objeto contratual não admitidos no edital ou no contrato;

VI – dissolução da sociedade ou falecimento do contratado, bem como decretação de falência ou instauração da insolvência civil da Contratada;

VII – alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, desde que, a nova situação prejudique a execução contratual.

17.2. – Também constituem motivo para rescisão do contrato:

I – assinatura de novo contrato com o mesmo objeto contemplado neste instrumento contratual;

II – a rescisão antecipada ou o término do prazo de vigência (sem prorrogação) do **contrato de gestão** correspondente, devidamente instruída em processo administrativo específico;

III – a modificação do contrato de gestão que resulte na alteração do perfil das unidades de saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

18.1 O presente Contrato poderá ser alterado. As alterações contratuais deverão se dar mediante a celebração de Termo Aditivo, de acordo com a vontade das partes, observadas as disposições previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH. Na hipótese de reajustamento do Contrato e demais alterações contratuais que não constituam modificação da essência da avença, e que não alterem cláusulas essenciais à contratação, devem ser formalizadas por simples apostilamento, restando dispensada a realização de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto no presente instrumento contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO

20.1 O presente instrumento de Contrato se vincula integralmente ao instrumento convocatório da licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, bem como ao lance e/ou proposta apresentados pela Contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA HABILITAÇÃO

21.1 A CONTRATADA terá que manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

22.1 Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelo disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, na lei, nos princípios de direito administrativo bem como pelos preceitos de direito privado e demais legislação pertinente à matéria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA CONSULTA DO CEI

23.1 As realizações de pagamentos e dos eventuais aditamentos a este Contrato feitos em favor da Contratada ficam condicionadas à inexistência de registro junto ao Cadastro Estadual de Inadimplentes do Estado do Maranhão – CEI, consoante determina o art. 6º, da Lei Estadual nº 6.690, datada de 11 de julho de 1996.

PARÁGRAFO ÚNICO: Constatada a existência de registro da Contratada no CEI, a EMSERH não realizará os atos previstos na Cláusula de Pagamento, por força do disposto no **art. 7º, da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

24.1 O CONTRATANTE providenciará a publicação de forma resumida deste Contrato, na Imprensa Oficial, em obediência ao disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS COMUNICAÇÕES

25.1 Qualquer comunicação entre as partes respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

26.1 Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro da Comarca de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 As condições estabelecidas no edital farão parte deste contrato, independentemente de estarem aqui transcritas;

27.2 E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato em 1 (uma) via, perante a presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

São Luís (MA), _____ de _____ de 20__.

MARCELLO APOLONIO DUAILIBE BARROS

Presidente da EMSERH

Matrícula nº 11.748

LETÍCIA HELENA DO VALE FAÇANHA

Diretora Administrativa da EMSERH

Matrícula nº 7.313

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Responsável pela Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____